

A IDEIA:

" (...) o anseio de verdade é sentido com maior urgência pelas vítimas da tortura que o anseio de justiça."
(Lawrence Weschler)

A Lei de Anistia de agosto de 1979, que beneficiou presos e exilados políticos brasileiros, perseguidos pelo regime militar instaurado em 1964, por outro lado possibilitava a impunidade dos agentes de segurança do Estado. O passado deveria ficar no passado. Entretanto, para os que lutaram pela defesa dos direitos humanos dos perseguidos políticos não era aceitável relegar ao esquecimento essas histórias de tortura, desaparecimento e morte.

-109-

DECLARAÇÃO SOBRE TORTURA
Conselho Mundial de Igrejas
(Genebra, Suíça, agosto de 1977)

ANEXO 1

"... a ênfase do Evangelho está no valor de todos os seres humanos aos olhos de Deus, na obra expiatória e redentora de Cristo que legou a verdadeira dignidade à humanidade, no amor como motivo da ação, e no amor ao próximo como expressão prática de uma atuante fé em Cristo. Somos membros uns dos outros, e quando um sofre todos sofrem" (Consulta sobre Direitos Humanos e Responsabilidade Cristã, St. Pölten, Áustria, 1974).

A trigésima reunião do Comitê Central do Conselho Mundial de Igreja (Genebra, 28 de julho - 6 de agosto de 1977) ouviu as palavras do seu Moderador o qual, com profunda tristeza, dirigiu sua atenção para "o aumento constante de relatórios sobre violações de direitos humanos e sobre a utilização da tortura em um número cada vez maior de países no mundo". O Secretário-Geral então instou o Comitê Central a "um estilo de reflexão e de vida que é condição para a promoção da unidade, testemunho e serviço do povo de Deus de acordo com o propósito de Deus". Um elemento essencial disso é o firme propósito "de ser autêntico, e de viver a verdade". "Viver como ser humano", disse ele, "significa descobrir as coisas, trazê-las à luz, revelá-las, tirar delas seu caráter de obscuridade, despertá-las para a consciência".

Somos chamados a dar testemunho da luz que veio ao mundo através do nosso Senhor Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, conhecemos a condenação, que Deus enviou a luz ao mundo, mas o mundo preferiu as trevas porque as suas obras eram más. Os que fazem o mal detestam a luz e fogem dela, para que as suas más obras não sejam descobertas" (Jo 3,19-20).

Estamos hoje sob o julgamento de Deus, porquanto em nossa geração a escuridão, fraude e desumanidade da câmara de tortura tornaram-se uma realidade mais difundida e atroz do que em qualquer outra época da história.

Nenhuma prática humana é tão abominável, e nem tão universalmente condenada. No entanto, as torturas física e mental e outras formas de tratamento cruel e desumano estão agora sendo aplicadas sistematicamente em muitos países, sendo que praticamente nenhum país pode asseverar que está livre delas.

r o trigé-
pela As-
l dos Di-
a que "o
s e inaiie
to da liber

forças

membros io:
a "Decla ontra o
ialmente em cas de
vi interro
utu as não

nto ou

o no nível
tortura
adas pela
maioria dos
aplicada a
ioas que se
próprias
necessidades
idos acei
mero cada
is a garan
ibido con-
religiosos
o pretext-
a dignida
der.
undo, ins-
io como
de, e a in
é endêmica,
razer a pú
as e estru
mais desu

var seus
is sobre
bre di -
léia Ge-
66; es -
ir a ra-
sobre
necessidades
idos acei
es de in
/ítimas
referido
sob
io, a aten
incia da
ias
o sobre
lo pode
países
Qu
mento,
"onvênio,
on-
ratamen-
r-

es
ne-
elas
tam
izar a
isoas

ros
am

o
pr-
sob
e-
ias
iaū
ite
Qu
".
on-
r-

gia
fi
Tratamen
provado
nidas,em

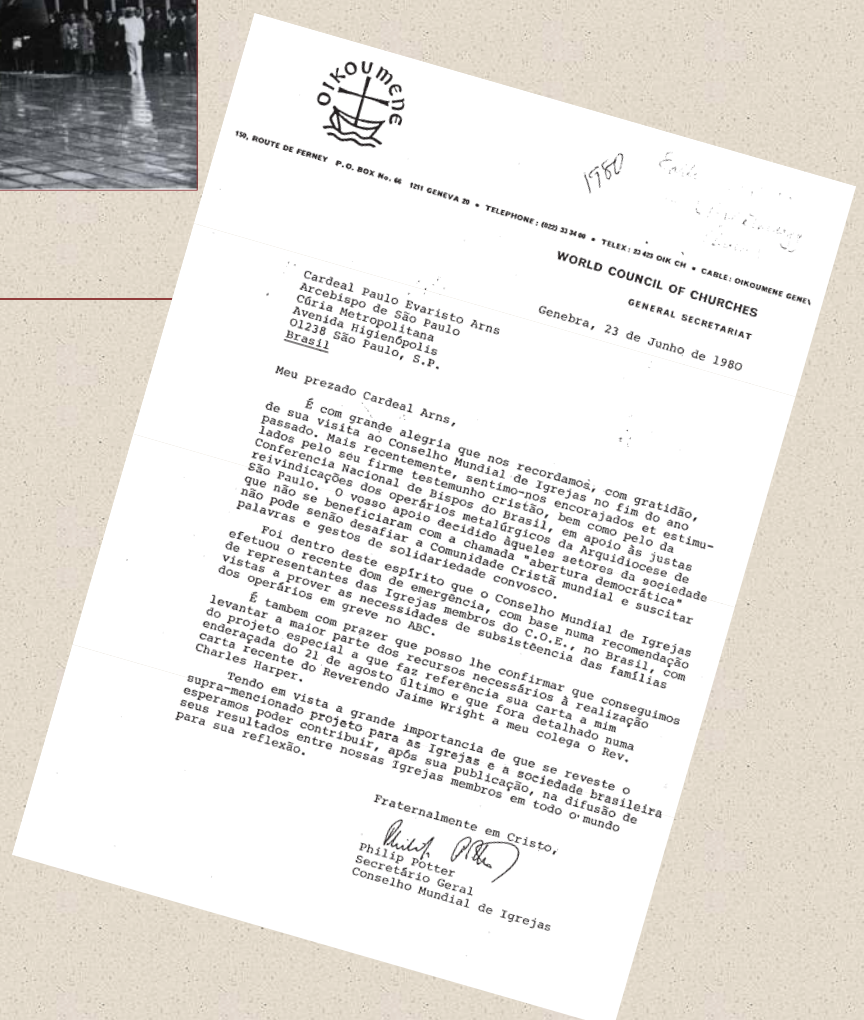
de go -
nto de
Primei-
do Cri-
o-

A IDEIA:

A ideia de como burlar esse esquecimento surgiu entre advogados que se dedicaram à defesa de presos políticos, em conversas com o Reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana americana no Brasil. Uma brecha na própria Lei de Anistia oferecia oportunidade rara: a fim de obter a anistia para seus clientes, advogados poderiam retirar, por 24 horas, processos sobre crimes políticos reunidos no Superior Tribunal Militar. Wright solicitou o apoio de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, que prontamente aderiu ao projeto. O financiamento necessário viria de um órgão ecumênico e internacional – o Conselho Mundial de Igrejas. Nascia o Projeto **Brasil: nunca mais**.



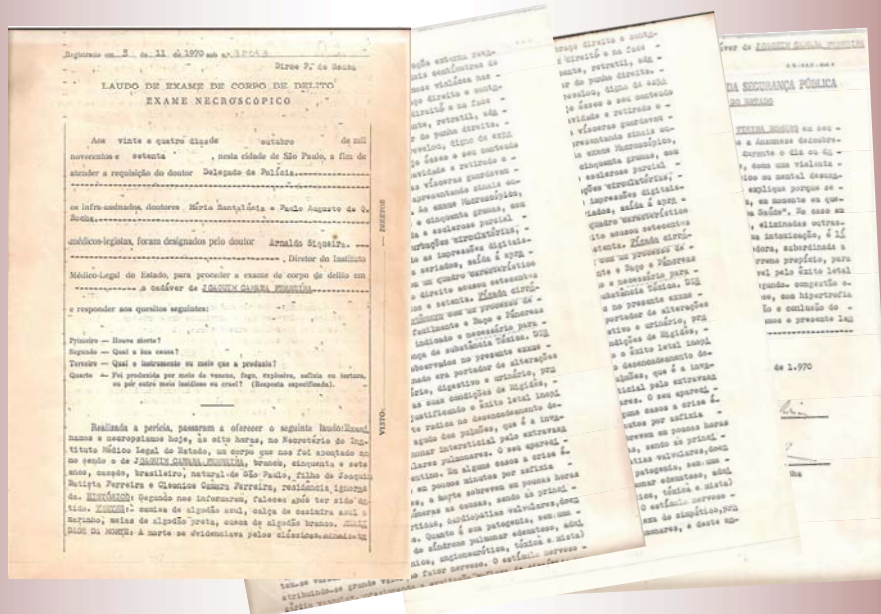
Superior Tribunal Militar.



A IDEIA:

Ao longo de cinco anos, um grupo de advogados, jornalistas, religiosos e militantes políticos, desenvolveu, sigilosamente, projeto que visava mapear a repressão política no Brasil, de abril de 1964 a 15 de março de 1979, através da documentação gerada pela própria Justiça Militar.

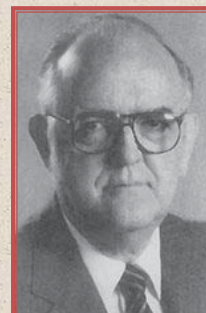
Quando a pesquisa foi iniciada, ainda no último governo militar, as incertezas eram muitas: se as informações procuradas estariam nos processos, se o projeto não seria descoberto, se seria possível divulgar os resultados no Brasil. Felizmente, os testemunhos estavam lá, um esquema de segurança garantiu proteger o projeto e seus membros durante a execução e após ela, e o País pôde conhecer o completo relatório escrito a partir dele nos meses iniciais do primeiro governo civil em 21 anos.



A IDEIA:



Esta Exposição é uma síntese da trajetória corajosa e ousada de um projeto com características únicas e, ao mesmo tempo, uma homenagem a seus participantes, conhecidos e anônimos.



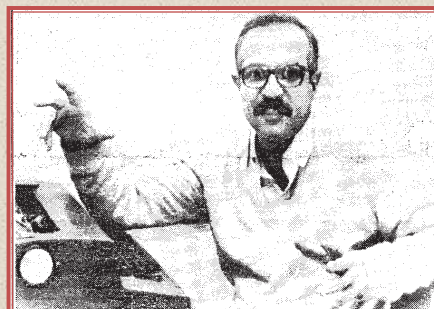
Jaime Wright



Dom Paulo Evaristo Arns



Dra. Eny Moreira



Paulo de Tarso Vanucchi

AS FONTES:

"(...) *Brasil: nunca mais* era diferente, pois baseava-se em registros oficiais do próprio regime (...). (...) lá estavam as provas – nas próprias palavras deles, arrancadas de seus próprios arquivos."
(Lawrence Weschler)

"O Projeto *Brasil: nunca mais* procurou estudar a repressão militar-policia desencadeada nos 15 anos transcorridos entre a deposição de João Goulart e a posse de João Batista Figueiredo na Presidência da República, a partir de fontes documentais produzidas pelas próprias autoridades envolvidas na ação repressiva [processos sobre crimes políticos que correram na Justiça Militar]. (...) os dados colhidos no próprio processo jurídico organizado pelas estruturas regulares do Regime Militar equivaleriam à exibição de um testemunho irrefutável. (...)

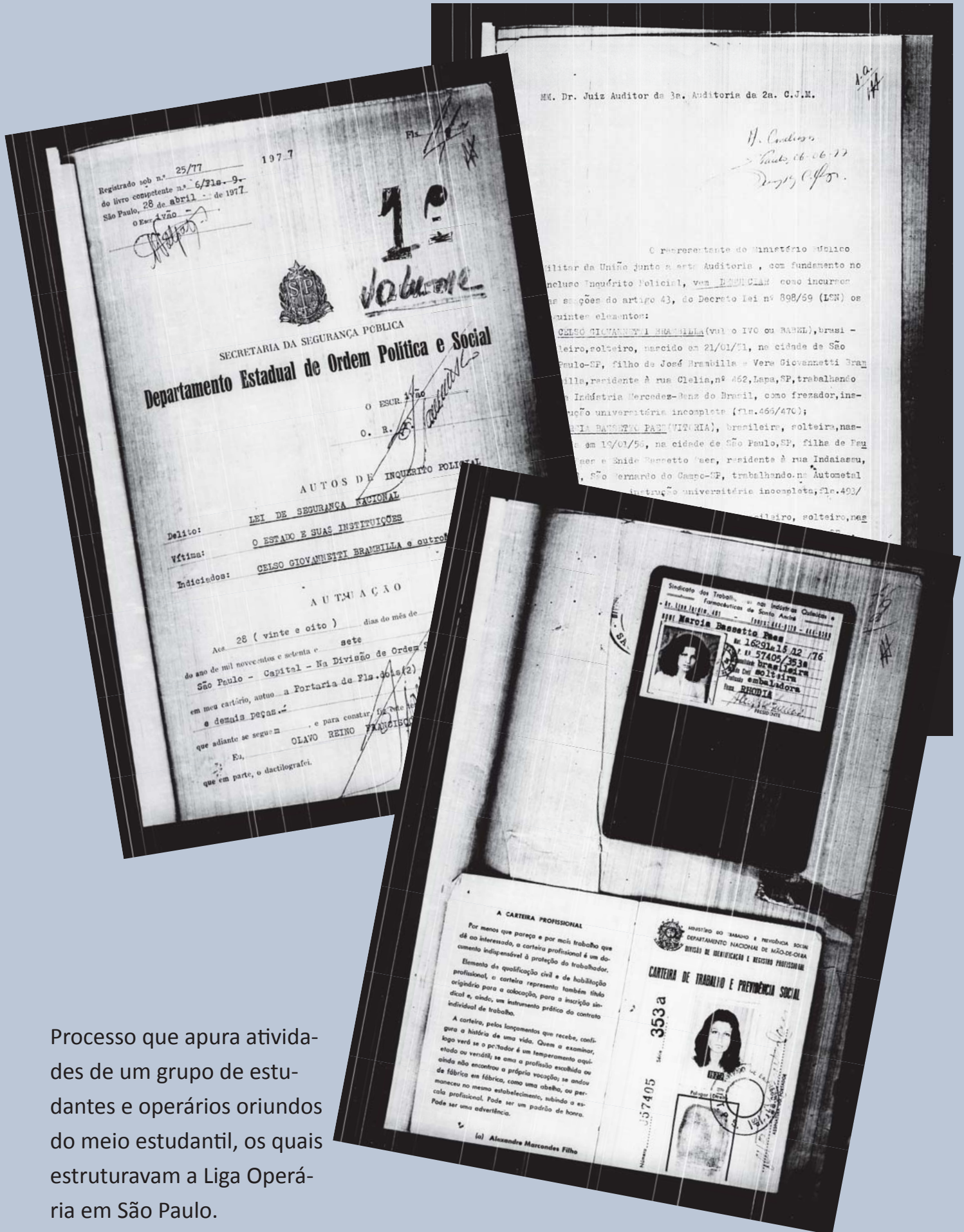
A opção por tal fonte como eixo central da pesquisa resulta, desse modo, na adoção de um caminho que exhibe a riqueza de uma contradição singular: partimos de material que, provavelmente, registra apenas uma parcela das irregularidades efetivamente ocorridas, mas, por outro lado, o que fosse colhido dessa forma teria a dimensão de dado indesmentível, definitivo.

Não é o estudo completo de uma época. Nem é o levantamento global da repressão política ocorrida nela. Essa tarefa haveria de demandar, inevitavelmente, o recurso a outras fontes de informação.

E, tão-somente, a reconstrução de um período repressivo da vida nacional através da documentação oficial que a própria estrutura judicial-militar do Estado organizou, nos processos formados contra opositores políticos.

(BNM, Projeto A)

AS FONTES:



Processo que apura atividades de um grupo de estudantes e operários oriundos do meio estudantil, os quais estruturavam a Liga Operária em São Paulo.

AS FONTES:

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA DELEGACIA ESP

AUTO DE RECONHECIMENTO (Fotográfico)

Aos cinco dias do mês de setembro de 1974, na Delegacia Especial de São Paulo, onde se achava presente o Dr. Edsel Maciel Adjunto, comigo escrivão de seu cartório, na presença das testemunhas infra-assinadas, os senhores, Norbert Willi Gotha, de naturalidade de Worms-Alemanha, com 29 anos de idade, filho de Johann Philipp Gotha e Margareti Gotha, residente a rua São Nestor nº40 casa 5, e Antonio Bellini, de cor branca, brasileiro natural de São Paulo, com 23 anos de idade, solteiro, filho de Olimpia Dora Bellini, de profissão costureira, residente a rua Guararoba nº530 - Vila Brasilândia, de cor branca, brasileiro natural de Teófilo Otoni, com 35 anos de idade, solteiro, filho de Taham N. Sab e Bahia Sab. Declarou ser seus defensores o Dr. Fahid Taham Sab, Dra. Rosa Maria C. da Cunha, Dra. Maria Regina Paquale.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR
2.a Auditoria da 2.a Circunscrição Judiciária Militar
SÃO PAULO - SP

AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO

Aos treze (13) dias do mês de março de mil novecentos e setenta e quatro (1974), nesta cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na sede da 2.a Auditoria da 2.a Circunscrição Judiciária Militar, na sala de sessões, reunido o Conselho Permanente de Justiça Exército, presente(s) seus membros, pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz - Auditor foi o acusado qualificado da forma que abaixo segue:

Perguntado o seu nome, naturalidade, estado civil, idade, filiação, residência, profissão ou meios de vida e lugar onde exerce a sua atividade, se sabe ler e escrever e se tem Advogado, respondeu chamar-se: MONIR TAHAN SAB, brasileiro, natural de Teófilo Otoni, com 35 anos de idade, solteiro, filho de Taham N. Sab e Bahia Sab. Declarou ser seus defensores o Dr. Fahid Taham Sab, Dra. Rosa Maria C. da Cunha, Dra. Maria Regina Paquale.

Em seguida foi interrogado da maneira seguinte: a) onde estava no tempo em que foi cometida a infração e se teve noticia desta e de que forma; b) se conhece a pessoa ofendida e as testemunhas arroladas na denúncia, desde quando e se tem alguma coisa a alegar contra elas; c) se conhece as provas contra ele apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas; d) se conhece o instrumento com que foi praticada a infração ou qualquer dos objetos com ela relacionados e que tenham sido apreendidos; e) se é verdadeira a imputação que lhe é feita; f) se, não sendo verdadeira a imputação, sabe de algum motivo particular a que deva atribuí-la ou conhece a pessoa ou pessoas a que deva ser imputada a prática do crime e se com elas esteve antes ou depois desse fato; g) se está sendo ou já foi processado pela prática de outra infração e, em caso afirmativo, em que Juízo, se foi condenado, qual a pena imposta e se a cumpriu; h) se tem quaisquer outras declarações a fazer: Respondeu o seguinte: que, quanto ao fato ocorrido na rua Artur Dias, mantém a declaração de inocência feita quando prestou depoimento nesta Auditoria, nos processos nºs 112/71 e 100/72, acrescentando, apenas, que naquelas oportunidades omitiu o fato que realmente ocorreu de ter o int, ferido, fugido do local num automovel dirigido por Paulo Miguel Novias, e no qual também estava Venancio Dias Costa Filho auxiliando Cabeça, este último ferido; que, quando prestou depoimento no processo nº 112/71, embora não sentisse qualquer constrangimento quando se achava perante ao Conselho, o fato é que estava ainda preso na Operação Bandeirantes e aqui foi trazido por uma escolta da mesma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR FEDERAL
2.a Auditoria da 2.a C. J. M.
SÃO PAULO

Proc. 79/73-1

SENTENÇA

Vistos e bem examinados os presentes autos consta que, inicialmente, PAULO MIGUEL NOVAIS SAB, NATHANAEL DE MOURA GIRALDI e YUTAKA NISHIKAWA foram denunciados como incurso em crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, conforme a seguir será especificado.

No momento profissional oportuno, os denunciados PAULO MIGUEL NOVAIS e MONIR TAHAN SAB foram excluídos do processo, por decisão do Conselho Permanente de Justiça do Exército, de fl. 180/181, que foi mantida pelo E. Superior Tribunal Militar, conforme fl. 204.

No curso do processo, foi, pelo despacho de fl. 222, procedente do Comando do II Exército, comunicada à Auditoria a prisão de VENÂNCIO DIAS COSTA FILHO, envolvido em vários dos fatos de que trata o presente processo. Em consequência, ofereceu ao Ministério Público o aditamento à denúncia constante de fl. 229, devidamente recebido; o mesmo VENÂNCIO DIAS COSTA FILHO tivera excluído seu nome do processo nº 100/72 desta Auditoria, do qual fora excluído por litispendência, reconhecendo-se a prevalência do presente processo nº 79/73, em que se reuniram, afinal, todas as imputações que lhe foram feitas. Abaixo constará, detalhadamente, a situação desse acusado.

A denúncia inicial foi recebida pelo despacho de fl. 76, em 11 de fevereiro de 1974, sendo citados pessoalmente os réus depois excluídos do processo (PAULO, e MONIR), e declarados revólvis, após as formalidades de lei, os acusados NATHANAEL e YUTAKA, conforme constará abaixo. Certidões negativas de antecedentes criminais constam às fls. 89, 91, 94, 97, 98, 106.

As testemunhas numerárias depuseram o que consta de fls. 198, 213, 214. Não houve testemunhas arroladas pela Defesa. No prazo do artigo 427 do CPPM, as partes nada requereram, conforme fl. 216 e 217. As alegações finais estão às fls. 218, e seguintes.

Este o relatório, passando o Conselho a examinar individualmente a situação de casa um dos acusados.

1. NATHANAEL DE MOURA GIRALDI, qualificação policial indireta à fl. 41, certidão de ausência à

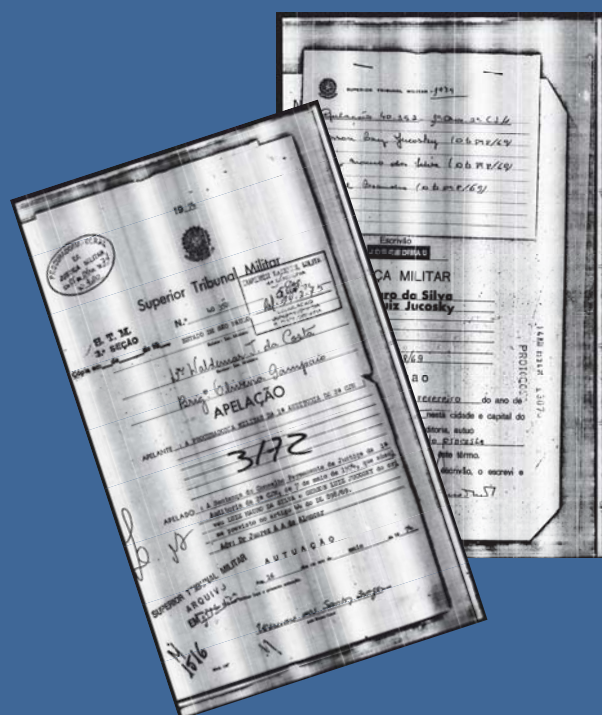
Processo que aborda as atividades de um grupo de ex-militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) de São Paulo, os quais se articularam como um grupo independente, efetuando ações armadas em 1971 e 1972, e mantendo contato com remanescentes do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) até 1973.

A PESQUISA BNM:

“(...) Wright contou-me mais sobre a saga: como a equipe catalogou 1 milhão de páginas, transferiu os dados para um computador, reduziu o material para um relatório inicial de 7 mil páginas e depois reduziu esse relatório a um resumo selecionado (...) e como a equipe conseguiu fazer tudo isso e manter o projeto em segredo até o dia em que o livro, de repente, apareceu nas livrarias.”

Lawrence Weschler

“Tínhamos trabalhando conosco doze advogados que, de maneira aparentemente casual, começaram a retirar pastas do arquivo [do Superior Tribunal Militar].”



Arquivo central do STM, localizado no subsolo do edifício sede.

O Projeto alugou uma pequena sala num prédio de escritórios em Brasília. “Nenhuma placa na porta, e dentro apenas 3 máquinas fotocopiadoras alugadas. (...) Nosso pessoal trabalhava dez horas por dia, sete dias por semana, copiando página por página.”

“Os advogados, então, devolviam os originais, tal como era requerido [em 24 horas], evitando, assim, qualquer suspeita.”

A PESQUISA BNM:

Retirada e fotocópia dos processos do STM em Brasília/DF.



Os processos fotocopiados eram encaixotados e enviados de ônibus e depois de avião para São Paulo, por linhas e companhias aéreas diferentes, e alguém os apanhava no destino.



A PESQUISA BNM:



Cada página era microfilmada em uma máquina “emprestada” de uma universidade local, sem que os administradores desta soubessem.”

Os rolos de microfilme eram levados para o Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra (Suíça), no fundo de uma mala, que voltava com verba do CMI para financiamento do projeto.



Era preciso garantir que, qualquer que fosse o destino do projeto, o maior número possível de documentos sobrevivesse.

“Depois de microfilmados, os processos eram arquivados.” Os volumes de cada processo recebiam um número por data de entrada, pelo qual seriam sempre identificados no **Projeto BNM**.

Produtos diretos:

O CONJUNTO DOCUMENTAL

Até meados de 1990, o acervo de 707 processos contra crimes políticos e 10.170 documentos da esquerda brasileira, anexos aos processos, acumulado pelo **Projeto BNM** esteve armazenado em um



depósito sigiloso. *“Dizemos às pessoas que trabalham aqui no prédio, os zeladores e outras, que estes são apenas alguns dos papéis pessoais do Cardeal e isso parece satisfazê-las”*
(Reverendo Jaime Wright).

Após 1990, o acervo foi doado para o Arquivo Edgard Leuenroth / UNICAMP, encontrando-se à disposição do público.

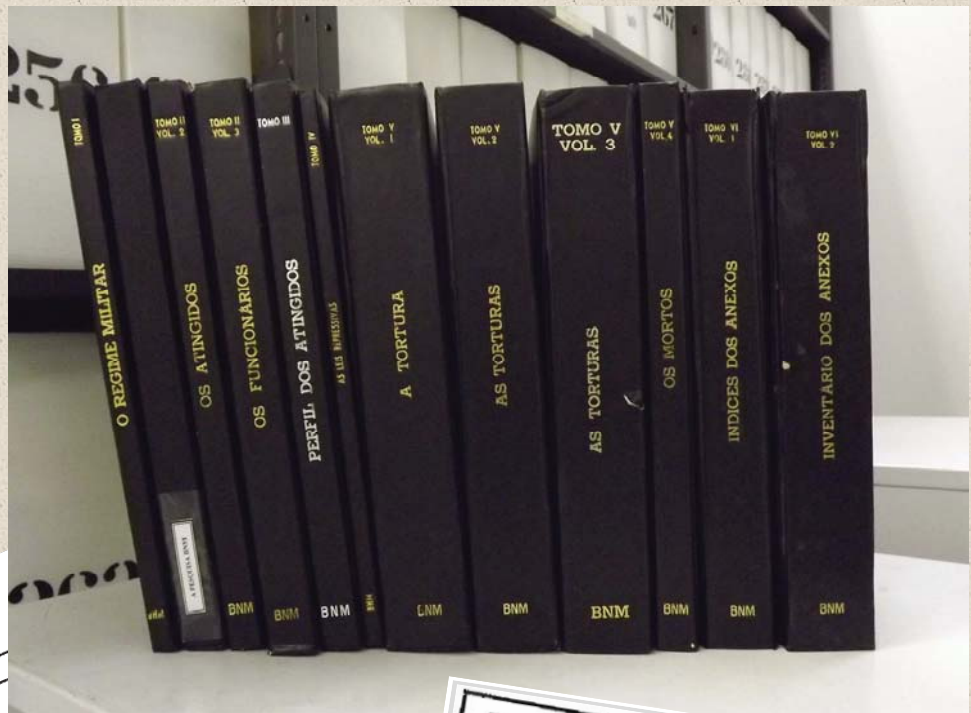
O conjunto contempla ainda 543 microfimes, doados ao *“Latin American Microform Project”* (LAMP), mantido no *“Center for Research Libraries - CRL”*, em Chicago (EUA), disponíveis para consulta.



Produtos diretos:

O PROJETO A

O relatório completo do *Projeto BNM* – denominado Projeto A – possui 6 tomos, divididos em 12 volumes, com 6.891 páginas. Dele foram feitas 25 cópias completas, enviadas ao Conselho Mundial de Igrejas e a universidades brasileiras e estrangeiras.



Nome	Data	Posto
ABDORAH DA MOTA SOARES FILHO	02/69	AGENTE
ADALBERTO BATISTA REZENDE	06/69	AGENTE
ADALTO REZENDES BARBOSA	04/71	AGENTE
ADRIANO LINHARAN	05/70	POLICIAL MILITAR
ADRIELMO ALVES BATISTA	04/72	AGENTE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/71	CAJ. 50 - SPANH
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	07/71	2. TENENTE R/2
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	10/71	AGENTE POL. FED.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/69	SOLDADO POL. MIL. ESCOPEL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/69	2. SARGENTO POL.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/71	1. SARGENTO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/68	1. SARGENTO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	07/71	INSP. DETECTIVES
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/69	INSP.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/68	SARGENTO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/70	CORONEL CRIST.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	06/72	CAPTAN
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/70	2. TENENTE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/70	POLICIAL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/70	AGENTE FED.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/70	VEICULARIA HUM. DILIGEN.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/70	QUADRA CIVIL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/70	INVESTIGADOR
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/70	DELEGADO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/67	AGENTE POL. FED.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	10/72	2. TENENTE DELEGADO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/71	DELEGADO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/71	CAPTAN ART.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	03/70	QUADRA CIVIL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	03/70	POLICIAL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	11/68	AGENTE POL. FED.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/67	SARGENTO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/70	INVESTIGADOR POL.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/69	AGENTE AUX.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/70	AGENTE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	07/68	MARINHEIRO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	07/68	AGENTE AUX.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/72	2. TENENTE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	01/67	DETECTIVE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	10/68	POLICIAL
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	02/70	SOLDADO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	11/69	DETECTIVE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	12/68	ESCRIVAO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	08/67	2. TENENTE R/2
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/68	DELEGADO
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	05/68	3. SARGENTO FN.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	10/70	AGENTE
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	10/68	INVESTIGADOR POL.
ADRIANO DE ANDRADE FREIRE	04/64	GENERAL CRIST.

Este é um dos 12 volumes do "Projeto A" que contém as conclusões da pesquisa BRASIL: Nunca Mais. As 6.891 páginas do "Projeto A" estão resumidas no "Projeto B" (o livro vezes em "off-set", formando 25 coleções de 25 volumes cada, a fim de serem doadas a entidades de direitos humanos, pesquisa e documentação para uso particular e não comercial.

Produtos diretos:

O PROJETO A

iii

PROJETO "A"

[Do qual o livro BRASIL: NUNCA MAIS — também conhecido como Projeto "B" — é o resumo.]

ÍNDICE COMPACTO

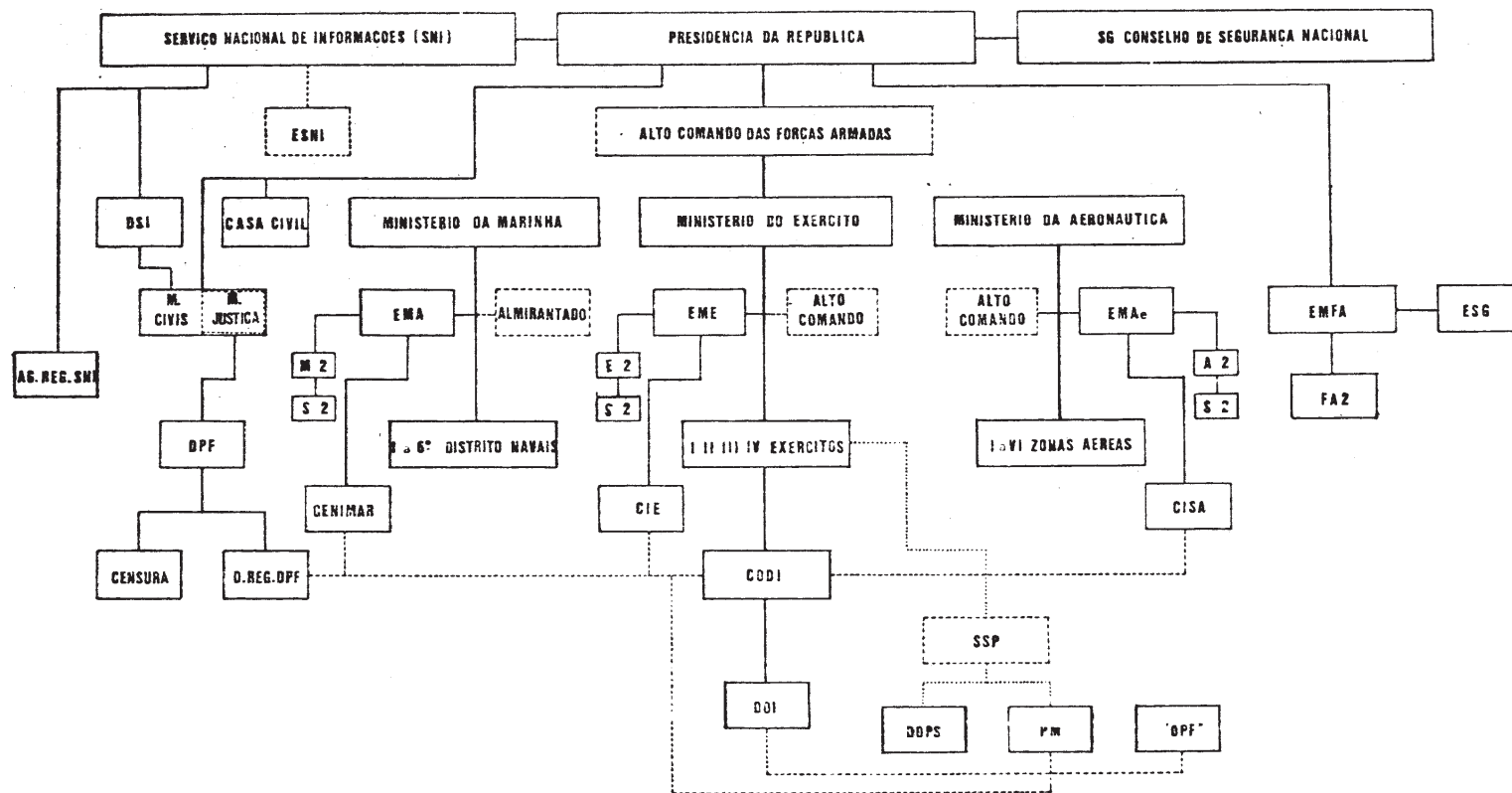
		Total de páginas
1.	TOMO I	
	- APRESENTAÇÃO	7
	- O REGIME MILITAR	176
2.	TOMO II, Volume 1	
	- A PESQUISA BNM	413
3.	TOMO II, Volume 2	
	- OS ATINGIDOS	338
4.	TOMO II, Volume 3	
	- OS FUNCIONÁRIOS	510
5.	TOMO III	
	- PERFIL DOS ATINGIDOS	356
6.	TOMO IV	
	- AS LEIS REPRESSIVAS	120
7.	TOMO V, Volume 1	
	- A TORTURA	999
8.	TOMO V, Volume 2	
	- AS TORTURAS	894
9.	TOMO V, Volume 3	
	- AS TORTURAS	949
10.	TOMO V, Volume 4	
	- OS MORTOS	372
11.	TOMO VI, Volume 1	
	- ÍNDICES DOS ANEXOS	702
12.	TOMO VI, Volume 2	
	- INVENTÁRIO DOS ANEXOS	1055
		6891
		====

Este é um dos 12 volumes do "Projeto A" que contém as conclusões da pesquisa BRASIL: NUNCA MAIS. As 6.891 páginas do "Projeto A" estão resumidas no "Projeto B" (o livro Brasil: Nunca Mais) e foram reproduzidas 25 vezes em "off-set", formando 25 coleções de 12 volumes cada, a fim de serem doadas a entidades de direitos humanos, pesquisa e documentação para uso particular e não comercial.

Projeto A—Índice compacto.

Produtos diretos:

O PROJETO A



SG/CSN - Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (O Titular do CG é o chefe da Casa Militar da Presidência da República).

AG. REG. - Agências Regionais do Serviço Nacional de Informações.

SNI - Serviço Nacional de Informações.

EME - Estado-Maior do Exército.

EMA - Estado-Maior da Armada.

EMAe - Estado-Maior da Aeronáutica.

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas.

FA-2 - Segunda Seção do Estado-Maior das Forças Armadas.

CIE - Centro de Informações do Exército.

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha.

CISA - Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica.

E2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Exército.

M2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Marinha.

A2 - Serviço Secreto - Estado-Maior Aeronáutica.

S2 - Segunda Seção - Serviço Secreto no nível de tropa.

CODI - Centro de Operações e Defesa Interna.

DOI - Destacamento de Operações de Informações.

DSI - Divisão de Segurança Interna.

DPF - Departamento de Polícia Federal.

D. REG. DPF - Delegacia Regional do DPF.

SSP - Secretaria de Segurança Pública (no gráfico é representada por linhas construídas em pontos. O efeito é lembrar que a SSP é um organismo formalmente ligado à administração estadual.)

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.

PM - Polícia Militar (estadual).

OPF - Organizações paramilitares fascistas.

ESNI - Escola Nacional de Informações.

ESG - Escola Superior da Guerra.

Produtos diretos:

O PROJETO A

-227-

QUADRO 8
CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1	PE	1969	AP
2	DF	1971	AP + PRT
3	DF	1966	PC do B
4	RJ	1963	setor religioso
5	DF	1968	setor estudantil
6	RJ	1964	IPM-S
7	SP	1969	ALN
8	SP	1964	PORT
9	SP	1969	ALN
10	SP	1969	setor estudantil
11	SP	1970	PCBR
12	GO	1972	ALN
13	SP	1965	AP
14	DF	1971	AP + PRT
15	GO	1967	AP
16	DF	1969	DI-DF
17	RJ	1964	IPM-S
18	DF	1971	AP
19	SP	1963	setor militar
20	SP	1971	propaganda
21	SP	1972	PCB
22	RJ	1970	ALN
23	RJ	1964	organização sem identificação
24	MG	1967	MNR
25	RJ	1964	setor militar
26	SP	1975	PCB
27	RJ	1969	ALN
28	RJ	1964	setor militar
29	RJ	1968	ALN + COLINA
30	RJ	1969	VAR
31	RJ	1964	setor sindical
32	RJ	1964	setor sindical
33	RJ	1970	PCBR
34	RJ	1964	POLOP
35	DF	1975	PCB
36	RJ	1971	MR-8
37	SP	1968	setor estudantil
38	SP	1974	AP
39	DF	1972	PCB
40	SP	1972	PORT

Quadro de classificação geral dos processos.

Produtos diretos:

O PROJETO A

-340-

QUADRO 27

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO
ATINGIDA POR FAIXA ETÁRIA (denunciados +
indiciados + testemunhas + declarantes)

FAIXA ETÁRIA	Nº
18	347
19 — 21	1.918
22 — 25	3.728
26 — 30	2.881
31 — 35	1.658
36 — 40	1.454
41 — 45	1.144
46 — 50	855
51 — 60	975
61	282
n/c	2.178
TOTAL	17.420

Quadro de caracterização da população atingida por faixa etária.

Produtos diretos:

O PROJETO A

Relação dos denunciados — Primeira página.

-59-

DENUNCIADOS							
pag 12							
Nome	Sx	Id	Ocupacao	Pr	Aud	STM	STF BNM
LARA AKSELRUD DE SEIXAS	F	22	ESTUDANTE	CP	A	A	190
LARA GLORIA AREIAS PRADO	F	24	P.DOMESTICA	CP	A	A	042
LARA GLORIA AREIAS PRADO	F	24	ESTUDANTE	CP			066
LARA JAVELBERG	F	00	PROFESSORA	NC	15		095
LARA JAVELBERG	F	26	NC	NC			042
LARA XAVIER PEREIRA	F	00	NC	SP	A	A	022
LATAMAR MAXIMIANO GOMES	M	39	EX-SUB-TENENTE EX	CP	84	30	024
IBERE BATISTA DA COSTA	M	21	DESENHISTA	CP	72		114
IBERE BRANDAO E FONSECA	M	45	MEDICO	NC	A	A	669
IBERE BRANDAO E FONSECA	M	45	MEDICO	SP	12		081
IBRAIM SEBASTIAO DA FONSECA	M	43	PEDREIRO	CP	A	A	618
IDA DIGIVICI DIAS DA SILVA REGO	F	30	PROFESSOR	SP	A	A	199
IDALISIO SOARES ARANHA	M	24	NC	NC	24		192
IDEAL PERES	M	41	MEDICO	CP	A	A	137
IDELINA DA SILVA FERNANDES	F	48	P.DOMESTICA	CP	A	A	011
IDELFONSO JORGE DE AQUINO E SILVA	M	39	COMERCIANTE	CP	A	A	116
IDIBAL M.GOMES DE ALMEIDA RIVETTA	M	40	ADVOGADO	CP	A	A	209
IDINAURA APARECIDA MARQUES	F	26	AUX.ESCRITORIO	CP	6	6	392
IDINAURA APARECIDA MARQUES	F	29	ESCRITURARIA	CP	A	A	205
IDIONAR DE OLIVEIRA MARTINE	M	00	MAIOR	CP	A		284
IDGINA DE SOUZA FRANSEL	F	04	ESTUDANTE	CP	12		095
IEDA AKSELRUD DE SEIXAS	F	22	ESTUDANTE	CP	A	A	180
IEDA DOS REIS CHAVES	F	25	PROFESSORA	NC			042
IEDA MARIA LIMA TILO	F	21	ESTUDANTE	CP	60		507
IGNACIO DA SILVA MAFRA	M	27	ESTUDANTE	CP	12	12	066
IGNACIO DE OLIVEIRA	M	29	MOTORISTA	CP	1		392
IGNACIO HERBERTO THIELE	M	22	VEREADOR	NC	A	A	447
IGNACIO MENDES DA SILVA	M	30	JORNALISTA	CP	36	A	369
IGNES MARIA BERPA DE OLIVEIRA	F	21	ESTUDANTE	CP	12		094
IGNEZ MARIA BERPA DE OLIVEIRA	F	22	ESTUDANTE UNIV.	CP			066
IGOR ANTONIO GOMES MOREIRA	M	20	SUB-TENENTE	CP			234
ILDA BRANDLE SIEGL	F	26	ASSIST. SOC.	CP	6	6	295
ILDA BRANDLE SIEGL	F	27	NC	NC			072
ILDA TARTZIA BARROSA DA SILVA	F	20	PROFESSORA	CP	16	7	A 599
ILDEU BITENCOURT	M	30	FUNCCIONARIO PUB.	CP	A	A	247
ILDEU MANSO VIEIRA	M	47	CORRETOR IMOVEIS	CP	36		551
ILGO JOAO KOPFLIN	M	28	FOTOGRAFO	CP	A	A	066
ILMAR MESQUITA	M	24	CABO DA	NC	60		639
ILTON VIEIRA	M	25	LAVRADOR	CP	6	6	500
INA DE SOUZA MEDEIROS	F	20	P.DOMESTICA	CP	17		093
INACIO SUARACY DE SOUZA LEMBE	M	38	ELETRICISTA	CP	24		700
INACIO PEREIRA DA SILVA	M	24	CABO ELETRICISTA	CP	A	37	138
INDIO BRUN VARGAS	M	42	PROFESSOR	CP			066
INDIO BRUN DE VARGAS	M	42	PROFESSOR	CP	30	30	094
INES ETHIENE ROMEU	F	29	BANCARIA	CP	30	30	592
INES ETHIENE ROMEU	F	29	BANCARIA	CP	A	A	523
INES ETHIENE ROMEU	M	29	BANCARIA	CP	1176	360	047
INGRID SIONA FRANCISCA DE SOUZA	F	26	DATILOGRAFA	CP	A	A	673
INGENCIO RODRIGUES UCHAGA	M	26	ESTUDANTE	CP	12	24	629
ION SA WEBER	M	43	AERONAUTA	CP	A	A	419
IONE NUNES DA SILVA	M	25	LAVRADOR	NC	A	A	017
IRACI DOMENCIANO POLETTI	F	30	PROFESSOR	NC	12		197
IRACY RODRIGUES DE ANDRADE	M	36	FERROVIARIO	CP	A	A	382
IRADIL SANTOS MELO	M	31	PEDREIRO	CP			283
IRADIL SANTOS MELO	M	31	PEDREIRO	CP		A	286

Produtos diretos:

O PROJETO A

NOOME PELO QUAL E INDICADO NA DENONCIA	COMO E IDENTIFICADO PELO DENUNCIANTE	LOCAL DA TORTURA	ANO	Nº DO DENUNCIANTE	Nº BNM	OUTRAS REFERÊNCIAS
ALEXANDER	Coronel do C.I.F.	Polícia do Exército - Rua Barão de Mesquita - Rio de Janeiro	69	1694	187	Coronel E. B. Carlos Alberto Alexander (BNM 187)
ALFREDO CANARÃO DE ALBUQUERQUE	Tenente-Coronel	Belo Horizonte	69	403	593	Tenente Coronel E. B. Manoel Alfredo Canarão de Albuquerque, do 12º RI, Belo Horizonte (Encarregado do IPM nos Processos BNM 143,593,687)
ALFREDO CANARÃO DE ALBUQUERQUE	Coronel	PM de Belo Horizonte	69	896	143	
ALFREDO MERICK DE OLIVEIRA (Dr. Mike) (Ver João Alfredo)		CENIMAR - Rio de Janeiro	69	1329	205	
ALFREDO MERICK DE OLIVEIRA (Dr. Mickim)	Comandante	CENIMAR - Ilha das Flores - Rio de Janeiro	69	1551	205	
ALFREDO MERICK DE OLIVEIRA (Dr. Mick)	Comandante	CENIMAR - Ilha das Flores - Rio de Janeiro	69	730	205	
ALFREDO MERICK DE OLIVEIRA	Capitão de Fragata	CENIMAR - Rio de Janeiro	69	1302	205	
ALFREDO MERICK DE OLIVEIRA	Comandante	CENIMAR - Rio de Janeiro	69	1262	205	
ALFREDO POEC	Comandante	CENIMAR - Ministério da Marinha - Rio de Janeiro	69	366	645	
ALFREDO	Comandante	CENIMAR - Rio de Janeiro	69	1639	93	
ALFREDO (Ver João Alfredo)	Major	23ª BC - Fortaleza	71	1537	660	Major E. B. João Alfredo de Castro Pereira, do OGR/10 - IV Exército - 10ª Região Militar (Encarregado do IPM nos Processos BNM 345,548,556,660)
ALMEIDA	Capitão	12º RI - Belo Horizonte	69	1422	158	
ALMEIDA	Soldado	Polícia do Exército - Rio de Janeiro	69	1624	233	
ALMERO (Ver Manoel)	Capitão	OBAN - São Paulo	70	90	533	
ALMIR (Dr.)		Polícia Federal - Paraná	69	1675	93	
ALMIR (Dr.)		DOPS - Pernambuco	70	1774	179	
ALTAIP NORONHA (Ver Ailton Noronha)	Major	Quartel Central da PM - Rio de Janeiro	70	1629	533	
ALTAIP	Policial Federal	São Luís (Maranhão)	72	104	215	
ALUIZIO		Fortaleza/Local desconhecido	73	964	596	Comissarin Aluísio Figueiredo Gomes (BNM 321,345,279, 555,691)
ALUIZIO	Tenente	Polícia do Exército - Paraná	69	1675	93	
ÁLVARO BARBOSA DA SILVA	Sargento	Presidência da Ilha Grande - Rio de Janeiro	69	1639	93	3º Sargento Fuzileiro Naval Álvaro Barbosa da Silva (BNM 93)
ÁLVARO (Dr.)		Delegacia Auxiliar - Recife	65	875	398	Álvaro Gonçalves da Costa Lima - Delegado Auxiliar de Recife (BNM 398)
ÁLVARO	Investigador	Delegacia de Polícia - Ribeirão Preto (SP)	69	1704	65	

Produtos diretos:

O PROJETO A

-129-

DECLARANTE OBITOS		pg: 1		Fr	UF	Fun	Esp	BNM
Nome	Data	Posto						
ALCIDES CINTRA B.FILHO	05/70	DELEGADO TIT.		09	SP	07	03	095
ALCIDES CINTRA BUENO FILHO	04/71	DELEGADO		09	SP	07	03	180
ALCIDES CINTRA BUENO FILHO	05/71	DELEGADO		09	SP	07	03	232
ALCIDES CINTRA BUENO FILHO	12/70			00	SP	07	03	106
ALDO LEAO DE SOUZA	02/71			00	MG	07	03	083
ALFREDO MACHADO	08/71	DIRETOR		07	PA	07	03	108
ALTINO PINTO DE CARVALHO	09/71	NC		12	SP	07	03	570
ALVARO SILVA	04/72	DECLARANTE OBITO		12	RJ	07	03	662
AMADEU FREITAS PINHEIRO	08/71	SECRETARIO		07	PA	07	03	108
AMANCIO MANOEL LOPES	07/70	DECLARANTE OBITO		12	RJ	07	03	537
AMARILHO FERREIRA	12/72	NC		00	RJ	07	03	526
AMILTON MARQUES COSTA	10/71			00	BA	07	03	104
CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA	06/72	NC		00	SP	07	03	681
CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA	06/72	NC		00	SP	07	03	068
CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA	06/72	NC		12	SP	07	03	070
CARLOS RODRIGUES DA SILVA	02/71	NC		00	PE	07	03	118
CLAUDIO JOSE DA SILVA	03/72	DECLARANTE		12	PE	07	03	542
CLAUDIO REIS	05/69	NC		00	AM	07	03	236
DJEZZAR BONCALVES	02/71	MEDICO		02	MG	07	03	044
DONINGOS CASTRALE	02/72	NC		00	SP	07	03	100
DURVAL MUMIZ MACHADO	08/70	DECLARANTE		12	RJ	07	03	591
DURVAL MUMIZ MACHADO	01/70	NC		00	RJ	07	03	533
ELZA BAHIA	04/69	SUB OFICIAL		00	MG	07	09	029
FERNANDO SPINELLI CAFERRO	09/71	NC		12	SP	07	03	068
FRANCISCA CLARA GUIMARAES	11/69	FUNCIONARIA		11	RJ	07	03	030
FRANCISCO BRANDINO DOS SANTOS FILHO	01/72	FUNCIONARIO PUBLICO		12	SP	07	03	661
FRANCISCO BRANDINO DOS SANTOS FILHO	01/72	FUNCIONARIO PUB.		00	SP	07	03	068
GAETA	04/71	DELEGADO		12	RJ	07	01	098
GERALDO GOMES DA COSTA	01/76	NC		00	SP	07	03	683
GERHARD HOBLOCK	10/71	MEDICO		00	RS	07	03	055
ISAAC ABRAMOVITCH	07/72	MEDICO LEGISTA		12	RJ	07	03	664
ISAAC ABRAMOVITCH	09/71	NC		00	SP	07	03	679
JAIMÉ BRITO JUNIOR	04/70	DECLARANTE		00	RJ	07	03	095
JAIR PEREIRA	07/73	NC		00	SP	07	03	068
JAIR ROMEU	08/71	NC		00	SP	07	03	143
JAIR ROMEU	12/73	NC		12	SP	07	03	661
JAIR ROMEU	11/73	NC		00	SP	07	03	670
JAIR ROMEU	12/73	NC		00	SP	07	03	068
JOAO DA SILVA RAMALHO NETO	08/71	NC		00	RJ	07	03	659
JOAO DA SILVA RAMALHO NETO	03/71	NC		00	RJ	07	03	539
JOAO DA SILVA RAMALHO	03/71	NC		00	RJ	07	03	523
JOAO GABRIEL DA COSTA	01/70	NC		00	MG	07	03	143
JOAO SILVA RAMALHO	03/71	NC		00	RJ	07	03	581
JORGE RODRIGUES DOS SANTOS	04/71	DECLARANTE		00	RJ	07	03	591
JOSE GUILHERME FIGUEIREDO	07/71	MEDICO		12	RJ	07	03	664
JOSE LOPES DE MENDONCA	10/71	NC		00	NC	07	03	100
JOSE LOPES DE MENDONCA	09/71			00	BA	07	03	106
JOSE PEREIRA	11/69	AUX. PORTARIA		11	RJ	07	03	030
JOSE SEVERINO TEIXEIRA	09/71	NC		00	RJ	07	03	095
JOSE SEVERINO TEIXEIRA	07/71	NC		12	RJ	07	03	664
JOSE SEVERINO TEIXEIRA	07/73	NC		00	RJ	07	03	619
JOSE SEVERINO TEIXEIRA	04/70	NC		12	RJ	07	03	158
JOSE SEVERINO TEIXEIRA	04/72	APRESENTANTE		12	RJ	07	03	076
MARCELO DIAS	01/77			00	SP	07	03	043
MIGUEL FERNANDES ZANINELLO	01/72	DECLARANTE		00	SP	07	03	143

Quadro de declarantes de óbitos.

Produtos diretos:

O PROJETO A

Quadro de caracterização de torturados por sexo e faixa etária.

-65-

QUADRO 115

* CARACTERIZAÇÃO DOS TORTURADOS POR SEXO

SEXO	TOTAL DE TORTURADOS
MASCULINO	1.461
FEMININO	382
T O T A L	1.843

* CARACTERIZAÇÃO DOS TORTURADOS POR FAIXA ETÁRIA

IDADE	TOTAL DE TORTURADOS
até 18	14
19 a 21	199
22 a 25	495
26 a 30	442
31 a 35	223
36 a 40	135
41 a 45	83
46 a 50	76
51 a 60	90
+ de 61	27
não consta	59
T O T A L	1.843

Produtos diretos:

O PROJETO A

-74-

QUADRO 118

TIPO DE TORTURA UTILIZADA POR SEXO (CÓDIGO COMPACTO)

C Ó D I G O	MASCULINO		FEMININO	
	TOTAL	%	TOTAL	%
COAÇÕES MORAIS E PSICOLÓGICAS - Genéricas - Tentadas e Consumadas	671	13,64	207	18,85
COAÇÕES FÍSICAS - Genéricas - Tentadas e Consumadas	2369	48,17	431	39,25
VIOLÊNCIAS SEXUAIS	19	0,39	11	1,00
TORTURAS COM INSTRUMENTOS	23	0,47	2	0,18
TORTURAS COM APARELHOS MECÂNICOS	201	4,09	31	2,82
TORTURAS COM APARELHOS ELÉTRICOS	456	9,27	106	9,65
TORTURAS CONTRA SINAIS VITAIS	35	0,71	6	0,55
TORTURAS COMPLEMENTARES À TORTURAS	727	14,78	218	19,85
TORTURAS ATÍPICAS	417	8,48	86	7,83
T O T A L	4918		1098	

NOTA: OBSERVE SEMPRE A TABELA COMPLETA DOS CÓDIGOS COMPACTOS.

Quadro de tipos de tortura por sexo.

Produtos diretos:

O PROJETO A

-212-

735	Inês Itienne Romeu				
PROF.	bancária		IDADE	29	
LOCAL	Rio de Janeiro e Minas Gerais		ANO	1971	
APELAÇÃO	39.544	VOL.	3	PÁG. 625/626/627 e 628	XLVII
PARTE	carta de próprio punho				

Se eu morrer, como as forças de segurança do Exército insistem em insinuar, quero esclarecer alguns fatos ocorridos comigo desde 5/5/71, quando fui presa pelos agentes governamentais.

De 5/5/71 a 11/8/71 estive incomunicável, proibida de manter contato com familiares ou advogados e sem que (...) ciência de minha prisão à Justiça.

No cativeiro, torturaram-me física e mentalmente, (...) dia em que me entregaram à minha família, em precárias condições de saúde, traumatizada psiquicamente.

Na prisão, tentei o suicídio para escapar das (...) de meus carcereiros e para fugir das ameaças de morte lenta e de violências contra meus parentes.

Em 12/8/71, com pleno conhecimento das autoridades militares, de Belo Horizonte, fui internada para tratamento na Clínica Pinel e depois na Casa de Saúde Santa Maria, onde me encontro presente-mente, sob cuidados médicos (...) por agentes de segurança.

Em razão das torturas de que fui vítima, fui internada e trata-da por médicos psiquiatras, clínico geral e ginecologista.

Tenho sido visitada, periodicamente, por agentes da segurança do Rio de Janeiro (GB), que se apresentam com nomes (...), porém com conhecimento e autorização do Comandante da (...), General Everaldo José da Silva, que insistem para que eu me torne uma colaboracionista, em troca de minha liberdade, por dinheiro e com ameaças sobre meus familiares.

Pelos fatos por que passei durante os meu cativeiro, (...) fui torturada e vi companheiros sofrendo e morrendo e (...) conversas que mantenho com os agentes secretos, que me visitam, tenho motivos para acreditar que os meus carcereiros pretendem me eliminar, falseando a maneira e as (...) de minha morte.

Meus carrascos afirmaram que "me suicidariam" na prisão, caso eu revelasse os fatos que ouvi, vi e que me (...) durante os três meses de minha prisão, pois reconhecem que "sei demais". (...) Belo Horizonte, 3 de outubro de 1971

Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Inês Etienne Romeu.

-271-

782	Jan Talpe					
PROF.	padre		IDADE			
LOCAL			ANO	1969		
APELAÇÃO	38.769	VOL.	19	PÁG.	46	CCLXXXIII
PARTE	documento - carta do Padre Jan Talpe.					

(...) No dia 19 de fevereiro de 1969, fui seqüestrado brutalmente por militares e levado à prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, preso uns dias antes e cruelmente torturado. Agora era a minha vez de enfrentar a fúria dos carrascos. Acabei conhecendo de perto outro aspecto do sofrimento do nosso povo: a crueldade da Ditadura militar do governo.

De fato, basta qualquer suspeita, qualquer delação anônima ou simples atitude que não agrada, para que alguém seja seqüestrado, ficando incomunicável sem que os parentes sejam avisados, e torturado. Caso não se encontre a pessoa procurada, um parente é, muitas vezes, preso como refém e torturado. Um amigo meu, professor da USP, foi pendurado de cabeça para baixo, e, assim, durante horas, batido com porrete e submetido a choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma (ileg.) desconhecida dele, teve de presenciar a cena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo. Um outro preso foi interrogado enquanto sua esposa estava sendo violada pelo carrasco em frente dele. Uma senhora grávida foi torturada a tal ponto que a criança morreu. A senhora foi depois abandonada sozinha numa cela e poucos (ileg.)de pois faleceu também. Isso são apenas alguns dos casos que cheguei a conhecer! (...)

Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Jan Talpe.

Produtos diretos:

O PROJETO A

-216-

52	Aldo Silva Arantes		
PROF.	advogado	IDADE	38
LOCAL	São Paulo (CODI)	ANO	1976
APELAÇÃO	41.808	VOL.	13
	PÁG.	2887 a 2896	XLIII
PARTE	carta de próprio punho		

Fui preso no dia 15/12/76, por volta das 22:30 horas, na Estação Paraíso do Metrô. Sem saber porque me prendiam, fui arrastado e submetido a uma saraivada de socos e pontapés. Algemado e encapuçado, colocaram-me num carro. Como eu protestasse contra a prisão, fui golpeado inúmeras vezes na boca. Levado para um local que mais tarde vim saber tratar-se do DOI-CODI-II Exército, recebi inúmeras ameaças de morte e fui duramente espancado no rosto, no tórax e em outras partes do corpo. Os murros, que foram desferidos contra meu peito, foram tão violentos que fiquei com o pulmão direito dolorido por mais de 15 dias. Um alicate foi utilizado para apertar os meus polegares. Enquanto estava sendo torturado, mesmo de capuz, pude perceber uma grande movimentação dos torturadores e ouvi gritos de tortura, que vinham de outra sala. Após ficar muito tempo de pé, tendo ao lado um rádio ligado em alto volume, recebi violentos socos no estômago e inúmeros "telefones" nos ouvidos. (...) Algemado, de mão para trás, encapuçado e sentado no chão, passei o dia 16 e a noite de 16 para 17. Somente no fim do dia 16 recebi alimentação.

No dia 17, pela manhã, houve grande movimentação. Retiraram-me da cela e conduziram-me a um pátio, onde havia inúmeros carros. As algemas foram retiradas e amarrado, fortemente, um fio em meus pulsos. Sempre encapuçado, deitado na parte traseira de um Volks, fui conduzido a um aeroporto. Daí, de avião, a local que posteriormente disseram-me tratar-se do Rio de Janeiro. Já no avião, percebi a presença de outros presos, sabendo mais tarde tratar-se de Haroldo Borges Rodrigues Lima, Wladimir Ventura e Elza de Lima Monnerat.

No Rio permaneci em órgão de segurança, que desconheço, de 17 a 27 de dezembro. Fiquei por vários dias na chamada "geladeira", sofisticada máquina eletrônica de torturas, uma verdadeira máquina de fazer loucos. Diante daquilo, pude confirmar, com clareza, como a técnica pode se colocar a serviço das mais abomináveis causas. A "geladeira" é um cubículo, totalmente fechado, sem janelas, entrando o oxigênio por orifícios existentes nas paredes de eucatex. Esta cela se encontra dentro de outra de concreto. Os

Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Aldo Silva Arantes.

-717-

412	Dilma Vana Roussef Linhares		
PROF.	estudante	IDADE	22
LOCAL	SP - OBAN- DOPS	ANO	1970
APELAÇÃO	39.093	VOL.	9
	PÁG.	2063 e 2067	XCV
PARTE	auto de qualificação e interrogatório - Auditoria		

(...)que, pelos nomes conhece apenas a testemunha Maurício Lopes - Lima, sendo que não pode considerar a testemunha Maurício Lopes Lima como tal; visto que ele foi um dos torturadores da OB; que, com referência as outras testemunhas nada tem a alegar; que tem, ainda, a acrescentar que na semana passada, dois elementos da equipe chefiada pelo Cap. Maurício compareceram ao presídio Tiradentes e amargaram a interrogandã de novas sevícias, ocasião em que perguntou-lhes se estavam autorizados pelo Poder Judiciário e recebeu como resposta o seguinte: " você vai ver o que é o Juiz lá na OB"; (...) que ainda reafirma que mesmo no DOPS foi seviciada; (...)

Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Dilma Vana Roussef Linhares.

Produtos diretos:

O PROJETO A

-16-

1209	Marcelo Amorim Netto		
PROF.	estudante	IDADE	22
LOCAL	ES. 3º BC. de Vila Velha	ANO	1972
APELAÇÃO	40.640	VOL. 3º	PÁG. 711v DCLXXIV
PARTE	auto de qualificação e interrogatório - Auditoria.		

(...) que o interrogado deseja esclarecer que foi preso no dia 03 de dezembro de 1972, em Vitória, pelas autoridades do Exército, em plena Rua, não lhe sendo exibido qualquer mandado; que permaneceu preso, no 3º BC., nas piores condições e sem conforto, durante mais de uma semana, sendo submetido a rigorosos interrogatórios que duravam o dia todo, entrando pela madrugada; que, também, nessas ocasiões, o interrogado foi seviciado, levando socos e pontapés e cabeçadas na parede, sem falar nas ameaças sob a mira de revólver; que, após essa semana de interrogatórios, submetido a toda sorte de torturas, foram feitas várias perguntas, cujas respostas já estavam "pré-fabricadas", ao fim do qual lhe foi apresentado o termo, para que fosse assinado, o que o interrogado obedeceu, diante das ameaças que lhe foram feitas; (...) que o interrogado não identificaria as pessoas que o seviciaram no 3º BC. de Vitória, por que, mesmo sendo seviciado por mais de uma semana, não está em condições de identificar os autores daqueles atos de violência, porque eram sempre variados, a par do profundo nervosismo em que ficou; que, como já declarou antes, assinou o termo de declarações que lhe foi exibido, receioso de que as ameaças que lhe eram feitas, se concretizassem e também porque a sua noiva também estava presa e sujeita às mesmas sevícias. (...)

Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Marcelo Amorim Netto.

-134-

1287	Maria Regina Peixoto Pereira		
PROF.	estudante	IDADE	23
LOCAL	DF - DGI	ANC	
APELAÇÃO	40.879	VOL. 5º	PÁG. 1247,1248 1249 DCLXXXII
PARTE	relatório médico.		

Encaminhamos a V.S. o Relatório Médico da paciente MARIA REGINA PEIXOTO PEREIRA, entregue aos nossos cuidados médicos pela Direção deste Hospital:

-PEREIRA, Maria Regina Peixoto, 20 anos, branca, sexo feminino, solteira, estudante de Economia e Bancária, nascida em Ribeirão Preto - S. Paulo. Res. 215 - Bl. J - apto 401.
-Internada no 1º H.D.B. no apto 519, procedente da DOPS, onde se encontrava detida desde o dia 29.05.70.
-Motivo da internação: removida por apresentar estado confusional e impossibilidade de deambulação.
-Queixa principal: dor de cabeça e sensação de fraqueza.
-H.M.A.- A paciente informa que há mais ou menos 15 dias, está detida.

Logo nos primeiros dias de prisão começou a sentir-se angustiada, com pânico e medo, acompanhado de cefaléia intensa fronto-lateral esquerda, constante e latejante. Ao mesmo tempo notou dificuldade de movimentação de todo o corpo.

Apresentou a seguir estado confusional agudo, desorientação temporal, perda do senso de realidade e idéias de auto-extermínio. Tinha a impressão, durante a noite, de que o interrogatório a que foi submetida continuava sem cessar, não conseguia distinguir o real do imaginário, não sabendo precisar por quanto tempo permaneceu naquele estado.

-Informa ter sofrido agressões físicas como por exemplo: espancamento no abdômen e choques elétricos na cabeça. Refere que quando sofreu estas agressões colocaram-lhe uma fronha na cabeça, vedando-lhe a visão.

-Queixa-se ainda de diminuição da memória para fatos recentes.
-Relata que vem tendo há dias contrações no corpo todo, não sabendo quando iniciaram, mas que são de poucos dias para cá.
-Informa ainda que desde os 14 anos, quando sofreu uma crise convulsiva, vem fazendo uso de anticonvulsivos. Passou um período sem medicação por prescrição médica, mas que voltou a tomar, nos últimos

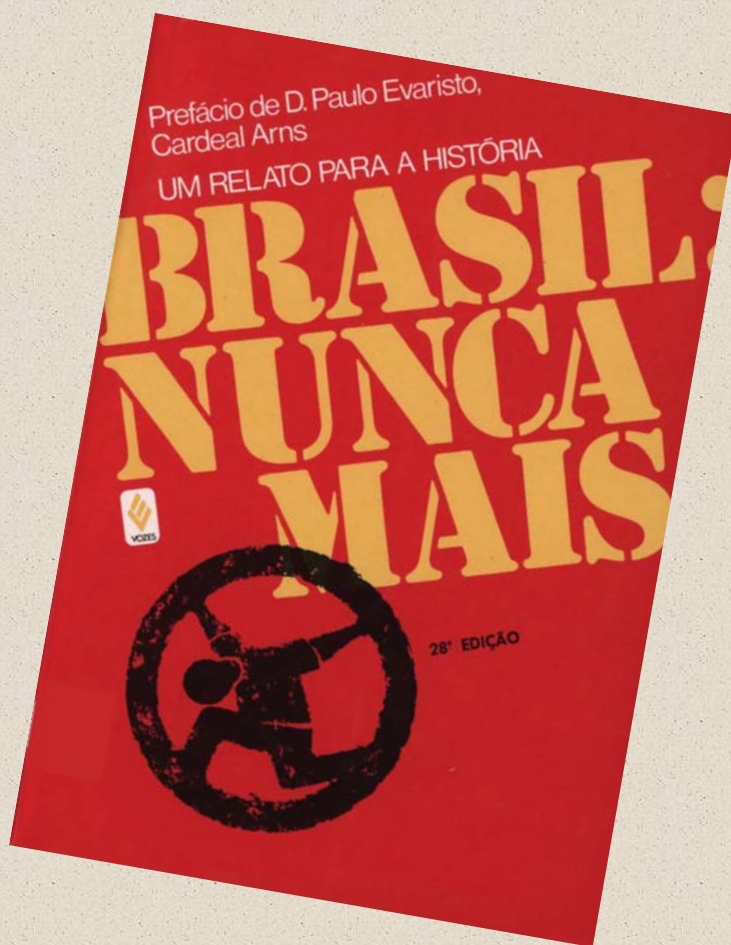
Transcrição de depoimento
sobre tortura —
Maria Regina Peixoto Pereira.

Produtos diretos:

O Projeto B

Resumo do Projeto A, redigido em linguagem mais fácil para alcançar público mais abrangente.

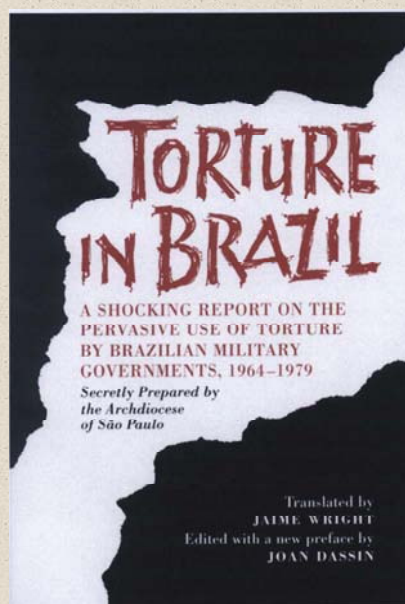
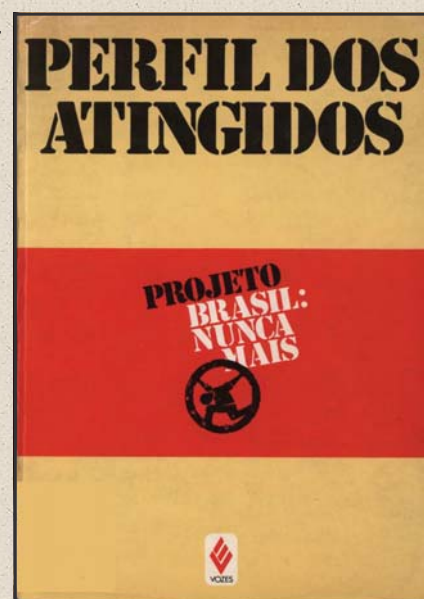
Publicado pela Editora Vozes, foi colocado à venda nas livrarias de todo o país no dia 15 de julho de 1985, sem qualquer propaganda ou lançamento.



Em 4 de agosto, apareceu em primeiro lugar na lista dos mais vendidos, aí permanecendo por 91 semanas, tornando-se um dos livros de não-ficção mais vendidos em toda a história editorial brasileira.

PRODUTOS DIRETOS:

Em 1987, a Editora Vozes publicou na íntegra o tomo III do Projeto A: **O Perfil dos Atingidos**. Nele encontra-se a descrição mais completa de 47 organizações da esquerda brasileira, que atuaram antes e durante a ditadura militar (1964-1985). O livro reconstitui o pensamento e a história dos atingidos pela repressão política.



Do Projeto B, foi preparada uma edição em inglês – **Torture in Brazil** – publicada pela Editora *Handon House* (EUA), a fim de que essa síntese da pesquisa fosse divulgada internacionalmente.

Em 2011, a Vozes lança ainda a edição de bolso do ***Brasil: nunca mais***.



A REPERCUSSÃO:

Livros

O porão iluminado

Em Brasil: Nunca Mais, um dossiê meticuloso sobre quinze anos de tortura e perseguições



Durante seis anos, a sigla TPP escondeu uma das mais meticulosas pesquisas já realizadas no Brasil. Sediado em São Paulo, o TPP tinha ramificações que passavam por todo o Brasil e alcançavam a Suíça. Uns poucos funcionários assalariados, sem saber ao certo as dimensões do projeto em que estavam envolvidos, usaram dois computadores, aparelhos de microfilmagem e três locais diferentes. Quando se descobria de que a casa que servia de base para as operações estava sendo observada por estranhos, a mudança era imediata. No total, o TPP gastou cerca de 300 000 dólares (1,9 bilhão de cruzeiros) e reuniu quase 1 milhão de páginas de documentos oficiais. Esses documentos foram armazenados em 500 rolos de microfimes e estão hoje guardados numa cidade européia. Até a semana passada, porém, apenas trinta pessoas sabiam do que tratava o projeto Testemunhos Pró-Paz, ou TPP: o mais completo e fidedigno levantamento sobre prisões, tortura e assassinatos políticos no Brasil, de abril de 1964 a março de 1979.

Agora, uma ponta desse iceberg de mistério sobe à tona, na forma do livro *Brasil: Nunca Mais* (Vozes, 312 páginas, 35 000 cruzeiros), prefaciado por dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. No Brasil e em outros países, já foram feitas dezenas de livros denunciando a repressão política. Em todos eles, no entanto, é possível duvidar da veracidade das denúncias, sempre obtidas através de testemunhos prestados à margem das instituições judiciais. É o caso de *Nunca Más*, o livro sobre a repressão política na Argentina

durante os governos militares, lançado no final do ano passado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, presidida pelo escritor Ernesto Sábato. *Brasil: Nunca Mais* escapa de quaisquer dúvidas. Pela primeira vez, as denúncias são apresentadas com base em documentos oficiais, registrados nas auditorias militares em que se julgavam os crimes políticos.

125 DESAPARECIDOS — Com base nesses documentos *Brasil: Nunca Mais* põe luzes sobre os porões do regime. Em primeiro lugar, explicita o que era a tortura, descrevendo o pau-de-arara, a "caocira do dragão", os choques elétricos e até como animais eram usados para atemori-

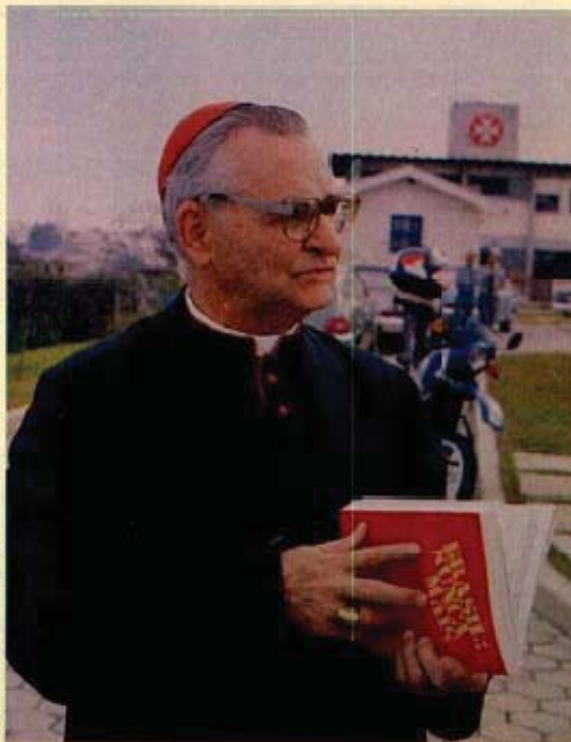
zar e maltratar presos políticos. Sempre partindo dos autos dos processos, são citados casos de crianças que foram ameaçadas de tortura, gestantes espancadas e mulheres estupradas por policiais.

A seguir, explica-se como eram feitas as prisões e os sequestros de pessoas, o que acontecia com elas nos quartéis, delegacias e locais secretos de tortura. Também se informa como alguns dos detidos "desapareciam", isto é, como eram assassinados e se dá uma lista de 125 pessoas cujos corpos não foram resgatados por seus familiares até hoje. Há, ainda, toda uma seção do livro dedicada a radiografar as organizações de esquerda e uma outra esmiuçando o funcionamento da Justiça Militar. Além de divulgar dados inéditos, *Brasil: Nunca Mais* consegue apresentá-los de maneira ordenada e didática. Depois da leitura do livro, é possível compreender muito melhor o que aconteceu no país entre 1964 e 1979.

"Visando à objetividade, renunciámos a todo material de caráter pessoal e fomos aos registros que ninguém pode desmentir", diz dom Paulo, 63 anos, que manteve a pesquisa sob as asas da Arquidiocese de São Paulo. De fato, na sua parte documental, *Brasil: Nunca Mais* é inatacável. Os pesquisadores recolheram a íntegra de 707 processos políticos, e dezenas de fragmentos, que transitaram pela Justiça Militar. Até o ano passado esses processos podiam ser consultados sem dificuldade, mas o Superior Tribunal Militar baixou uma portaria complicando o acesso aos papéis.

"Quando se leva em conta que os acusados tinham medo de voltar a ser torturados e que os juízes auditores relutavam em aceitar as denúncias de maus-tratos, fica evidente que os réus da Justiça Militar não tinham que inventar coisas ao depor", avalia o pastor presbiteriano Jaime Wright, 58 anos. Wright traduziu *Brasil: Nunca Mais* para o inglês, pois o livro será lançado nos Estados Unidos no início do ano, com prefácio do reitor da Escola de Assuntos Internacionais da Universidade de Columbia, Alfred Stepan, autor de *Os Militares na Política*. "Decidimos lançar o livro porque ele é objetivo até o fim e não provoca ninguém", diz frei Ludovico, 75 anos, diretor da editora Vozes.

O livro analisa os processos contra 7 367 acusados, transcrevendo resumos de depoi-



Dom Paulo: "Registros que ninguém pode desmentir"

A REPERCUSSÃO:



[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Dez anos de "Brasil: Nunca Mais"

JAIME WRIGHT

O livro "Brasil: Nunca Mais" foi colocado nas livrarias de todo o país no dia 15/7/1985, sem nenhuma propaganda ou lançamento. Como parte da "paranóia remanescente coletiva", tínhamos proibido a editora de fazer qualquer publicidade prévia sobre o livro, apesar de já estarmos alguns meses no período pós-ditadura.

No domingo, 28/7/85, o livro ainda não aparecia na pesquisa semanal do Datafolha. Mas no domingo seguinte, 4/8/85, "Brasil: Nunca Mais" não só aparecia na lista, mas em primeiro lugar!

Esse fenômeno de vendagem fez com que o livro permanecesse nas listas dos mais vendidos por 91 semanas consecutivas, tornando-se, assim, um dos livros de não-ficção mais vendidos em toda a história da literatura brasileira.

Durante cinco anos de labor secreto, a equipe do projeto "Brasil: Nunca Mais" (BNM), que chegou a totalizar 35 pessoas, produziu sete resultados diretos. O primeiro foi a formação de um acervo de mais de 1 milhão de páginas. Esse material está agora à disposição do público na Universidade de Campinas, no Arquivo Edgard Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

O segundo foi a microfilmagem de todo esse acervo. Quinhentos e trinta e oito rolos de microfimes foram doados ao "Latin American Microform Project" (Lamp), em Chicago, que coloca o acervo à disposição de pesquisadores de mais de uma centena de universidades norte-americanas.

O terceiro foi uma espécie de enciclopédia que contém, em seus 12 volumes e 6.891 páginas, as conclusões dos pesquisadores do projeto BNM, com 111 quadros estatísticos. O quadro nº 101, por exemplo, é a lista dos 444 torturadores apontados à Justiça Militar.

O quarto foi o livro "Brasil: Nunca Mais", com 312 páginas, que é, na realidade, um resumo da enciclopédia de 12 volumes. O quinto foi o livro "Perfil dos Atingidos", também da editora Vozes, que é a descrição mais completa de 47 organizações da esquerda brasileira que atuaram antes e durante a ditadura de 1964/1985.

O sexto foi uma espécie de biblioteca com 10.170 itens da esquerda brasileira, todos eles copiados dos anexos dos processos da Justiça Militar. Essa biblioteca faz parte do acervo do projeto BNM e está também à disposição do público na Unicamp. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, é autor de quatro itens (8629, 8639, 8648 e 9442).

O sétimo resultado direto foi o livro "Torture in Brazil", versão melhorada em inglês do livro "Brasil: Nunca Mais". Esse livro tem uma introdução para o leitor estrangeiro, com mais cinco páginas de notas bibliográficas.

Há uma série de resultados indiretos, sequelas e repercussões que ainda estão acontecendo e que aparecem quase semanalmente em jornais e revistas. Mencionaremos alguns. Várias instituições de ensino, de vários graus e em vários Estados, no Brasil e nos Estados Unidos, adotaram "Brasil: Nunca Mais" (Torture in Brazil) como livro-texto em seus cursos.

Atendendo ao apelo feito pelo cardeal arcebispo de São Paulo no final

A REPERCUSSÃO:

Jaime Wright (1927-1999)



O reverendo Jaime Wright com Bill Clinton em 1979.



a eterna vigilância

guardião do "Brasil: Nunca Mais", Jaime Wright condenou os torturadores ao inferno moral

por Paulo Moreira Leite

Jaime Wright, um homem de modos afáveis e temperamento inquieto, morreu de enfarte aos 71 anos, em Vitória. Wright teve uma vida sempre modesta e morreu assim. Pregou em cidades pobres e distantes, sem água encanada, sem luz elétrica nem telefone. Na rua, costumava ser visto de calça jeans desbotada, um velho par de tênis e camisa esporte. Seria um perfeito cidadão do povo, desses que a gente vê parado num ponto de ônibus a caminho de um bairro distante, não fosse o corpanzil imenso, que obrigava os hotéis a lhe reservar camas de tamanho maior do que o normal.

Enterrado sem as lágrimas suspeitas e a hipocrisia fúnebre que é costume oferecer a personalidades silenciadas em vida, Wright deixa a lição de uma existência à altura de seu tempo. O reverendo foi cidadão de uma história difícil, de um país assombroso onde as baionetas estavam no governo, a imprensa vivia calada e a tortura gemia nas prisões. Se hoje é possível reunir filhos e netos para falar desses tempos, é porque existiram homens e mulheres, no Brasil, com a coragem e a determinação para mudar aquele estado de coisas. Jaime Wright foi uma dessas pessoas.

O reverendo teve a existência torta de homem certo. Missionário enviado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos para pregar no interior do Brasil, seu pai enfrentou a intolerância de padres católicos do Paraná que ameaçavam excomungar os comerciantes que vendessem comida, roupa e sabão para aquela família de hereges. Jaime Wright passou a existência em choque com a Igreja Presbiteriana, uma instituição célebre pelo conservadorismo. Acabou numa dissidência, que dez anos atrás o levou de mudança para Vitória. Embora tivesse direito a cidadania americana, em 1958 optou pela cidadania brasileira plena. Dispensado do serviço militar, serviu ao Exército como voluntário e era homem de um nacionalismo altivo, quase orgulhoso. Formado e pós-graduado nos Estados Unidos, diplomas que sempre valeram ouro no Brasil, tinha a convicção íntima de que era melhor viver entre os humildes e necessitados. Um dos lugares em que residiu foi Caetité, na Bahia, onde o meio de transporte mais comum era o jegue. O reverendo divertia filhos e amigos com um jogo que inventou, o jeguebol – um basquete em que cada jogador montava num burrico.

Jaime Wright foi criado numa família em que se discutia teo-

logia no café da manhã, no almoço e no jantar – quando um parente residia em local distante, o debate prosseguia pelo correio. Era uma polêmica a quatro vozes, com duas facções, uma de esquerda, outra de direita, como diria quem visse a discussão de fora, ou a ala americana e a ala brasileira, como definia o próprio Jaime Wright. O pai, Latham, e seu irmão mais velho, também chamado Latham, integravam a ala americana. Eram missionários menos engajados e mais conservadores. Jaime e Paulo Wright, que não foi pastor mas deu um sentido parecido a seu engajamento político, formavam do outro lado. Quando todos já estavam casados e tinham filhos para criar, eles promoviam encontros de família onde ocorriam discussões ásperas e prolongadas. A ala americana nunca escondeu seu horror quando Paulo Wright abandonou a mulher e dois filhos para viver na clandestinidade, como dirigente da Ação Popular. "A correspondência que os quatro trocaram é um apanhado emocionante e profundo sobre família, religião e política," conta sua filha Delora. (Casado com Alma há 49 anos, Jaime Wright teve quatro filhas e um filho.)

Assassinado em 1973, quando a cúpula da ditadura tomou a decisão de exterminar o comando das organizações armadas, Paulo Wright morreu aos quarenta anos. O reverendo estava para completar 44, mas às vésperas de chegar aos 70 ele falava do irmão como se tivesse acabado de encontrá-lo na clandestinidade, sentado no banco de uma praça do centro de São Paulo, como fizeram tantas vezes. Quando o reverendo morava num sertão perdido do Brasil, o irmão, já clandestino, foi visitá-lo – a família fez uma foto e até hoje esse retrato enfeitava a casa da família, em Vitória. Aliados nas disputas em família, os irmãos tinham visões políticas distintas. Paulo era um dirigente experimentado, de muita leitura política e boa formação teórica. Jaime não partilhava dessa fé nem tinha o mesmo preparo. Ajudou o irmão de forma mais modesta, ainda que arriscada. Nos anos em que morou com a família numa casa na rua Princesa Isabel, no bairro paulistano do Brooklin, transformou o quarto de empregada em abrigo de militantes clandestinos. Mesmo personalidades estrangeiras muito procuradas se esconderam ali, como a mulher de Mário Henrique Santucho, principal dirigente do ERP argentino, durante uma escala em São Paulo para uma viagem à Europa.

Convidado a explicar seu próprio credo político, Wright se proclamava adepto da "teologia das brechas" – uma espécie de caça às boas oportunidades. Como acontece sempre que uma pessoa se engaja a fundo em seus compromissos e convicções, o reverendo transformou a luta pelos direitos humanos e foi transformado por ela. Mais tarde, nas greves do ABC, quando o regime militar fez uma intervenção no sindicato dos metalúrgicos, prendendo Lula e toda a diretoria, Wright mobilizou seus contatos da Igreja Presbiteriana fora do país para levantar recursos – calcula-se que metade de todo o dinheiro recebido pelos trabalhadores tenha saído das mãos do reverendo. Mas é errado supor que seu engajamento teve início com a morte do irmão. A família conta que ele passou a vida inteira em busca de espaços para atuar e de tribunas para pregar. Num resumo autobiográfico de uma página e meia encontrado entre seus papéis após a morte, o próprio Wright conta que em 1968, infiltrado em lojas maçônicas, organizou uma mesa-redonda onde se aprovou uma declaração que condenava "a transgressão aos direitos humanos" promovida pelo regime militar.

Mas o homem que começou a procurar notícias sobre o paradeiro do irmão, em 1973, era bem diferente do cidadão que se tornou porta-voz do "Brasil: Nunca Mais" e, ao morrer, transformara-se numa espécie de vigilante nacional dos direitos humanos. Carregando o remorso e a culpa que sempre correm os familiares nessas horas, procurava pelo irmão como quem não era capaz de acreditar em sua morte. Além de freqüentar repartições militares e escrever a autoridades, no Brasil e nos Estados Unidos. No desespero, uma sensível americana chegou a ser consultada, na esperança de que seria capaz de localizá-lo. Procurando ajuda na Igreja Presbiteriana, que mantinha contatos mais estreitos do que o recomendado com a cúpula do regime, não recebeu auxílio de ninguém – nem informação. Aproximando-se de familiares de presos políticos que se movimentavam em torno da Cúria Metropolitana, acabou tendo um encontro decisivo em sua vida – conheceu dom Paulo Evaristo Arns, de quem se tornaria grande amigo e aliado político. Estimulado pelo cardeal, Wright integrou um trio composto por Luís Eduardo Greenhalgh, advogado muito ativo na defesa de presos políticos, e a jornalista Jan Rocha, que produziu o *Clamor*, boletim de defesa de exilados e perseguidos no Uruguai, Argentina e

A REFERENÇA

Von unserem Korrespondenten Romeo Rey

Rio de Janeiro, Anfang Sept. Brasilien schien seine Vergangenheit, die Phase der Gewalttätigkeit unter dem rechtsradikalen Diktator General Médici (1969-1973), mühelos bewältigt zu haben. Wenige Wochen nach seiner Verdrückung zum fünften und letzten Präsidenten des Militärregimes hatte General João Figueiredo Mitte 1979 eine umfassende politische Amnestie beschlossen, damit alle Missetaten der Terroristen und der Folterler in einem echt brasilianischen Akt der Versöhnung verziehen und vergessen würden.

Die Annahme, dass die Streitkräfte in Brasilien bei der Unterdrückung links-extremistischer Aufstandsbewegungen weniger brutal vorgegangen seien als jene Argentiniens, wurde aber vor ein paar Tagen unterholt in Frage gestellt. Mit der Veröffentlichung eines umfangreichen Untersuchungsberichts, den zahlreiche Advokaten und Menschenrechtler unter der Führung des heute 63-jährigen Kardinals von São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, in den vergangenen sechs Jahren unter Wahrung absoluter Diskretion zusammengestellt haben, fällt erstmals Licht auf die weitverbreiteten Folterpraktiken der damaligen Militärdiktatur.

Der gut 300 Seiten starke Band, der vom kirchlichen Verlag Vozes herausgegeben wurde und «Brasilien, nie wieder» heisst, ist eine gekürzte Fassung der Analyse von über 700 beim obersten Militärgericht in Brasília archivierten Prozessen. Der vollständige Text, mehrere tausend Seiten mit dem Titel «Enxeplopádie der Folter in Brasilien», soll an Regierungsstellen, Bibliotheken und Menschenrechtsorganisationen des In- und Auslands verschickt werden. Zweck des Reports ist nach den Worten der Verantwortlichen von kirchlicher Seite nicht das Aufreissen alter Wunden, sondern der, zukünftige Rückfälle in solche Praktiken zu vermeiden. Aus diesem Grund unterliess man es auch, die Namen von 350 Folterern in der im gewöhnlichen Buchhandel erhältlichen Zusammenfassung zu erwähnen.

Von den rund 30 Mitarbeitern des Werks musste sich jeder eine jahrelange Schweigepflicht auferlegen. In gedruckter Kleinarbeit suchte man in den Gerichtsakten alle jene Informationen heraus, die auf brutale Verhörmethoden schliessen liessen. Als die Beamten des obersten Militärgerichts nach über einem Jahr auf die diskreten Forscher aufmerksam wurden, war es schon zu spät. Etwa eine Million Seiten Prozessakten waren bereits fotokopiert und in ein sicheres Reduit nach São Paulo «entführt» worden.

Die Publikation dieser Untersuchung erregte in der Öffentlichkeit Aufsehen, stellt aber keineswegs einen Einzelfall dar. Im Rahmen der wiedergewonnenen demokratischen Freiheiten, insbesondere

der nunmehr uneingeschränkten Pressefreiheit, wagen es immer mehr Brasilianer, erlittene Demütigungen zur Sprache zu bringen und als Zeugen in diversen Fällen illegaler Repression auszusagen. Das Klima der Bedrohung durch eine allmächtige Staatsgewalt, das fast zwei Jahrzehnte lang einen Schutzmantel des Schweigens über viele Verbrechen legte, ist einer generellen Furchtlosigkeit gewichen.



Nansenmedaille für Kardinal Arns

Genf, 3. Sept. (SDA) Der brasilianische Kardinal Paulo Evaristo Arns, Erzbischof von São Paulo, ist mit der Nansenmedaille für 1985 ausgezeichnet worden. Wie Sprecher des Uno-Hochkommissariats für Flüchtlinge (HCR) am Dienstag in Genf mitteilte, wird Kardinal Arns die Medaille am 7. Oktober am Generallandungsamt der UNO in Genf verliehen für seine unermüdeten Bemühungen im Kampf für die Menschenrechte und den Schutz der Flüchtlinge. Kardinal Arns habe neben seiner spirituellen Aufgabe die Arbeit des HCR unermüdet unterstützt und habe auch persönlich interveniert zur Verdrückung des Asylrechts und den Schutz der Flüchtlinge. (Bild: Reuters)

chen, die manchen Militärs schon Sorge zu schenken beginnt. Fast täglich ist jetzt in den örtlichen Massenmedien allerlei über den Machtmissbrauch grosser und kleiner Ex-Diktatoren zu vernehmen.

So konnte in kürzester Zeit in der Bundeshauptstadt Brasília der vor Jahren verübte Mord an einem Journalisten (Mário Eugénio) aufgeklärt werden, der sich allzeit in die Gefilde der dortigen Todeschwärze, einer illegalen Organisation zur Bekämpfung gewöhnlicher Delinquenten, vorgewagt hatte. Langsam, aber zugleich weitgehend konsequent kommt in Rio de Janeiro zurzeit die Untersuchung der Ermordung eines andern Pressefotografen voran, der aufgrund seiner Kontakte zum Armeegheimdienst Kenntnis von verschiedenen üblen Machenschaften erhalten hatte. Alexander von Baumgarten. Als Hauptverdächtiger erscheint in dieser Affäre kein Geringerer als der frühere Truppenkommandant von Brasília, General Newton Cruz, der sich auch als politischer Rechtschaffener einen unguuten Ruf geschaffen hat.

Als sich am letzten Wochenende eine Abgeordnete der linksgerichteten Arbeiterpartei, die Schauspielerin Bete Mendes, entschloss, die Identität eines Offiziers öffentlich bekanntzugeben, der sie 1970 gefoltert haben soll und jetzt als Militärattaché der brasilianischen Botschaft in Uruguay angestellt ist, reagierten diverse Inquilinen der Streitkräfte vehement. Der Armeeminister, General Leonidas Pires Gonçalves, glaubte hinter solchen Manövern revanchistische Absichten zu erkennen.

Die Armee wird deutlich

Der Kommandant des zweiten Armeekorps in São Paulo, General Sebastião Ramos de Castro, warnte seinerseits davor, dass «dem Prozess des Übergangs zu einer soliden Demokratie mit dem Wiederaufrollen vergangener Zwischenfälle überhaupt nicht gedient werde».

Das Pressezentrum des Heeres ging wenige Tage nach der Veröffentlichung des Buches «Brasilien, nie wieder», in dem Hunderte von Folterfällen beschrieben werden, noch viel weiter: «Die Armee gibt nicht zu, dass bei der Ausführung ihrer Missionen, auch bei der Bekämpfung der Subversion, zu irgendeinem Zeitpunkt Methoden zur Anwendung kamen, die einer Verletzung der Menschenrechte gleichkämen, wurde hier schärfer festgehalten. «Wenn von Angehörigen der beiden kriegsführenden Parteien Exzesse begangen wurden, was auf jeden Fall bedauerlich wäre, wurden diese durch das Amnestiegesetz (von 1979), das grosse Instrument der nationalen Einheit, nicht dem Gedächtnis der Zusammengehörigen, begraben worden.»

JORNAL DO BRASIL
terça-feira, 25/9/90 o Cidade

Tortura leva à condenação dois ex-PMs

A Auditoria de Justiça Militar condenou, por unanimidade, a 11 anos, 10 meses e 20 dias de prisão os ex-PMs Renato Nunes Moreira, que está forçado, e Roberto Silveira Rodrigues, acusados de no dia 3 de março do ano passado, terem seqüestrado, torturado e tentado matar o magistrado Cristiano Pereira Cabral e o ex-presidente da Associação de Moradores da Favela do Metrô, na Margueira, Paulo de Souza.

Como até hoje o corpo de Paulo continuava desaparecido, o juiz Edson de Aguiar Vasconcelos, que presidiu a sessão, considerou não haver provas concretas para caracterizar crime de homicídio. Ele levou em conta apenas a tentativa contra Cristiano de Souza, que sobreviveu ao atentado e denunciou os soldados.

Segundo o depoimento de Cristiano, ele e Paulo estavam próximos à entrada da favela do Metrô, quando foram presos por dois policiais e levados à 2ª DP (Vila Isabel) sob a alegação de porte de drogas. Liberados por volta das 13h da manhã, já que cada ficou provado, os dois voltaram para casa, quando ainda de acordo com o depoimento, foram novamente detidos e algemados pelos policiais onde acabaram torturados.

Cristiano contou que foi enforcado pelos PMs com um cabo de aço e sofreu ferimentos no pescoço provocados por golpes de chave de fenda. Mesmo ferido, conseguiu escapar, sendo socorrido por uma ambulância, sendo socorrido por o inquirido policial. Os dois soldados, libertados depois do crime, logo depois de reconhecidos pelo magistrado. Apesar das buscas, o corpo da outra vítima, Paulo de Souza, jamais apareceu.

O julgamento dos policiais foi feito nas instâncias do 3º Tribunal do Júri, a pedido do juiz Antônio José Ferreira. O veredicto deu por impedido para julgar o processo «por razões de foro íntimo». No lugar de Antônio Ferreira, presidiu a sessão Edson de Aguiar Vasconcelos, juiz substituto.

JORNAL DO COMMERCIO
QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1990 — PÁGINA 17

Advogado acusado de ter torturado presos

BELO HORIZONTE — Representantes de movimentos defensores dos direitos humanos de várias Escolas solicitaram, ontem, na sede do Conselho de Advogados do Brasil (OAB), Ophir Filizola Cavalcante, que o advogado João Lucena Leal seja afastado da entidade. Segundo documento entregue à OAB, Lucena, que é defensor de Darly Alves da Silva — um dos acusados pelo assassinato do líder seringueiro Chico Mendes — torturou presos políticos no início dos anos 70.

Trechos do livro «Brasil Nunca Mais», de responsabilidade da Arquidiocese de São Paulo, reproduzidos no documento, relatam que Lucena participou, diretamente, de pelo menos sete sessões de tortura. Como testemunhas, nas entidades de direitos humanos, anos também reproduzem depoimentos de torturados, contidos no livro «Brasil Nunca Mais».

O presidente da Ordem dos Advogados, Ophir Cavalcante, afirmou que já tinha conhecimento do caso e enviou a Seccional de Belo Horizonte, ao qual é filiado João Lucena. Ele também prometeu que vai se encontrar, na próxima semana, com o sub-procurador da Polícia Federal, Romeu Tuma, a quem vai pedir que as denúncias contra o advogado sejam apuradas. Segundo Ophir Cavalcante, no entanto, são remotas as possibilidades de que Lucena seja afastado da Ordem, pois ele ainda não era advogado na época em que teria participado das torturas.

FOLHA DE SÃO PAULO
Segunda-feira, 29 de outubro de 1990

Pendência

Ainda na Funari: Passarinho não assinou a nomeação do coronel Roberto Guarani para a superintendência em Manaus. Guarani é como ex-integrante do Parará.

The Times of the Americas
10 17th Street, N.W., Suite 632
Washington, D.C. 20006

Countries' past may cloud their future Experts speak on Brazil and Argentina

By Lois M. Smith

The difficulties faced by the nascent democracies of Brazil and Argentina were the topic of a recent presentation sponsored by the World Affairs Council of Maine in Portland. Joan Dassin, a Brazilian specialist who currently works with the Joint Committee on Latin American Studies of the Social Science Research Council, and Francisco Susmel, an Argentine lawyer specializing in international finance and foreign investment law, agreed that, in dilemma of how best to confront the realities of the immediate past to impel each country's political stability.

Dassin pointed out that during the last decade the military government of Brazil has instituted a controlled liberalization which contrasts markedly with the rapid decline of the military government in Argentina after the Malvinas War. Unlike the Argentine people, she said, Brazilians have yet to participate in a direct election, a fact which complicates the task of relegating to you pick up the pieces and go on," she asked, "over 50 percent of the Brazilian population is under twenty years of age. These young people have never known another system and are extremely curious about a recent past whose details are only now coming to light."

The renewed strength of the Brazilian economy—as reflected in growth figures of more than seven percent in all sectors in both 1984 and 1985—has been undermined by the tremendous external debt which interest payments have left nothing for internal investment. Dassin asserted that while there is no serious talk at this time about a moratorium on payments, the debt will remain a crucial item on the political agenda.

Finally, Dassin reflected that the lack of constitutional consistency has added to the burden of establishing a viable democratic system. "Again Brazil must adopt a new constitution. Democracy is fragile because institutions have to be negotiated. There are 60 million citizens who do not participate in the economic or political life of the nation. Will this new democracy be based on concern for social justice or respect for civil liberties? It is a difficult and volatile issue."

Francisco Susmel asserted that the substantial public interest in Argentina generated in the United States by the election of Raúl Alfonsín presents a good opportunity for improving relations that have in the past been prickly. He

noted that the body of support for Alfonsín, whom critics called "the Coca-Cola candidate" because of U.S. backing during the 1983 Argentine presidential campaign, comes from the young educated professionals of Argentina's growing service sector.

Susmel warned that because of widespread participation in the military parties, there is a great deal of suspicion that democratic procedures will not be universally respected. "The Argentine tradition of 'knocking at the barracks door' is still a temptation." He expressed concern also that the political arena in Argentina is not sufficiently diverse. "The organ of opposition, the Peronist party, is crumbling," he said. "Democratic reform requires the existence of an effective competition of ideas and policies. This is in jeopardy in Argentina."

When asked about the effect President Carter's human rights policy had, Dassin expressed confidence that a two-hour conversation regarding repression held between Carter and the Archbishop of São Paulo was the "turning point in the opposition's efforts against the military." At the same time, she pointed out, Carter's stance resulted in the dissolution of the U.S.-Brazilian military accords. According to Dassin, "the basic question should be what sort of government does the United States want to support?" Susmel claimed that such advocacy is inevitably seen as interference by Latin Americans and is therefore counterproductive.

Dassin reflected that the silence of the middle class in both Argentina and Brazil during the years of repression indicated not only complicity but also intimidation. Many chose not to know of the repression, others were afraid to admit that they did. "What is clear," stated Dassin, "is that most of the victims were the sons and daughters of the middle class."

When questioned about the role of women in the democratization process, Dassin maintained that the issues raised by middle class feminists in Brazil are not on the agenda of poor women who see economic justice as an overriding concern. Susmel asserted that in Argentina "feminism is of concern only to women who speak English at home."

A REPERCUSSÃO

AGEN AGEN AGEN SÍNTESE

Nº 103 19.12.91

COMPLETA-SE O CÍRCULO DOS LIVROS "NUNCA MAIS" NO CONESUL

Com o lançamento do livro *El Precio de la Paz* (O Preço da Paz), no Paraguai, completa-se o círculo dos livros Nunca Mais produzidos nos cinco países do Cone Sul das Américas sobre seus recentes respectivos períodos repressivos sob ditaduras militares.

O primeiro da série a vir a público foi o livro *Nunca Más, Informe de la Comisión sobre la Desaparición de Personas*, com 490 páginas e um volume com 656 páginas de anexos. Apesar da CONADEP ser uma comissão oficial do novo governo democrático da Argentina, seus membros não dispunham da documentação oficial do regime militar sobre o que havia ocorrido entre 1976 e 1983. Seu trabalho teve que basear-se principalmente em depoimentos e documentos apresentados pelas testemunhas diretas dos fatos. O Nunca Mais argentino foi um instrumento importantíssimo na conscientização, que levou aos tribunais e à condenação os generais responsáveis pelas atrocidades ocorridas. Foi um fato inédito na América do Sul.

O segundo da série foi o nosso *Brasil: Nunca Mais*. Com a vigência da Lei da Anistia, em 1979, nos pusemos a pensar sobre um projeto que identificasse, denunciasse e procurasse eliminar as causas da repressão. Tudo dependeria da possibilidade de conseguir copiar os processos oficiais da ditadura militar que estavam centralizados nos arquivos do Superior Tribunal Militar, em Brasília. Sabíamos que os processos políticos que passaram pelos vários tribunais militares do país tinham uma grande riqueza de informação e denúncias transcritas nos autos durante os julgamentos por ordem de juizes militares. A proposta atrevida era de copiar os referidos processos e extrair deles os fatos, datas, nomes, lugares, torturas, e fazer então uma denúncia de forma tão contundente e irrefutável que serviria como uma lembrança permanente na memória nacional.

O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, assumiu a responsabilidade do projeto, pois sabia que podia contar com o apoio financeiro do Conselho Mundial de Igrejas. A quase totalidade dos processos políticos foi copiada secretamente: mais de um milhão de páginas. O primeiro resultado foram doze volumes totalizando 6891 páginas (Projeto A), os quais foram resumidos nas 312 páginas do livro *Brasil: Nunca Mais* (Projeto B), publicado em 15 de julho de 1985, que esteve 91 semanas consecutivas na lista dos "best-sellers", chegando a ser o livro de não-ficção mais vendido na história da literatura brasileira.

O terceiro da série aconteceu no Uruguai. Na Argentina e no Brasil, as investigações sobre horrores cometidos durante os períodos de repressão foram o resultado da vontade política do Governo constitucional e da Igreja, respectivamente. Mas no Uruguai não foi assim. Nem o Governo e nem a Igreja assumiram a tarefa de preparar um Nunca Mais para os uruguaios. Isto foi feito pelo Serviço Paz e Justiça do Uruguai, e resultou do trabalho coletivo de uma equipe de advogados, médicos e especialistas em direitos humanos. Com a destruição de toda a documentação oficial no final da ditadura militar (1972-1985), a equipe SERPAJ-Uruguai - além dos depoimentos e documentação de pessoas e grupos - utilizou uma pesquisa realizada por *Equipos Consultores Asociados*. O lançamento do livro *Uruguay Nunca Más* foi em 9 de março de 1989 na Associação Cristã de Moços de Montevideo. O livro tem 442 páginas.

O Nunca Mais chileno tem um nome diferente, em 3 volumes: *Chile: La Memoria Prohibida*, publicada em agosto de 1989 por uma equipe que vinha trabalhando com o material recolhido principalmente pela Vicaria de la Solidariedad, da Arquidiocese de Santiago. Os sete autores trabalharam durante vários anos recopilando e estruturando informações sobre o que ocorreu entre junho de 1973 e maio de 1983. Apoiados pelo Conselho Mundial de Igrejas, as informações foram obtidas através de entrevistas com protagonistas públicos ou anônimos da história nacional do Chile, do exame e leitura de depoimentos e documentos, e da comprovação da sua veracidade. Os volumes somam 1549 páginas.

O quinto livro da série foi lançado recentemente numa praça pública de Assunção, em noite de lua cheia: *El Precio de la Paz*, com 575 páginas. Uma equipe de onze pessoas se responsabilizou pela tarefa de recuperar a memória dos 38 anos de repressão, "uma sociedade rictada e violentada em nome de uma falsa paz" (página 17). Três membros da equipe permaneceram do princípio do projeto, em 1986, até o lançamento do livro, em 21 de novembro de 1991. Este projeto também contou com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas.

AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

IGREJAS

Assassino de padre Josimo julgado dia 19 no Maranhão pág 2
Transferência de d. Luciano não surpreendeu pág 2
Polícia dispersa Via Sacra no Pará pág 2

DIREITOS HUMANOS

UNT promove seminário sobre a não-violência pág 2
Paulo Fonteles homenageado "in memoriam" pág 3

MOVIMENTOS SOCIAIS

Campinas instala central de movimentos populares pág 3
Leitura da Fraude mobiliza consumidores pág 3

TERRA

Histoleiro morre em ataque contra líder sem terra pág 3
Fosseiros acampam no escritório do Miradouro São Paulo pág 3
Atentados durante mobilização nacional dos sem terra pág 4

SOLO URBANO

Curso debaterá Reforma Urbana no Brasil e América Latina pág 4

POVOS INDÍGENAS

Massacre de ikinkas revolta opinião pública pág 4

AMÉRICA LATINA

General Pinochet interveio em cooperativistas pág 5
Peruanos desmentem Garcia pág 5
Nicarágua - Reforma Agrária X Guerra pág 5

OPINIÃO

Os nos EUA: o poder do dinheiro pág 5



Será neste dia 19, terça-feira, em Imperatriz (MA), o julgamento de Geraldo Paulo Vieira (foto), acusado de matar o padre Josimo Moraes Tavares, a 10 de maio de 1986. Ver em Igrejas. (foto cedida pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / In-Formar).

BRASIL NUNCA MAIS: DIRETORES DA UNDD FORAM TORTURADORES

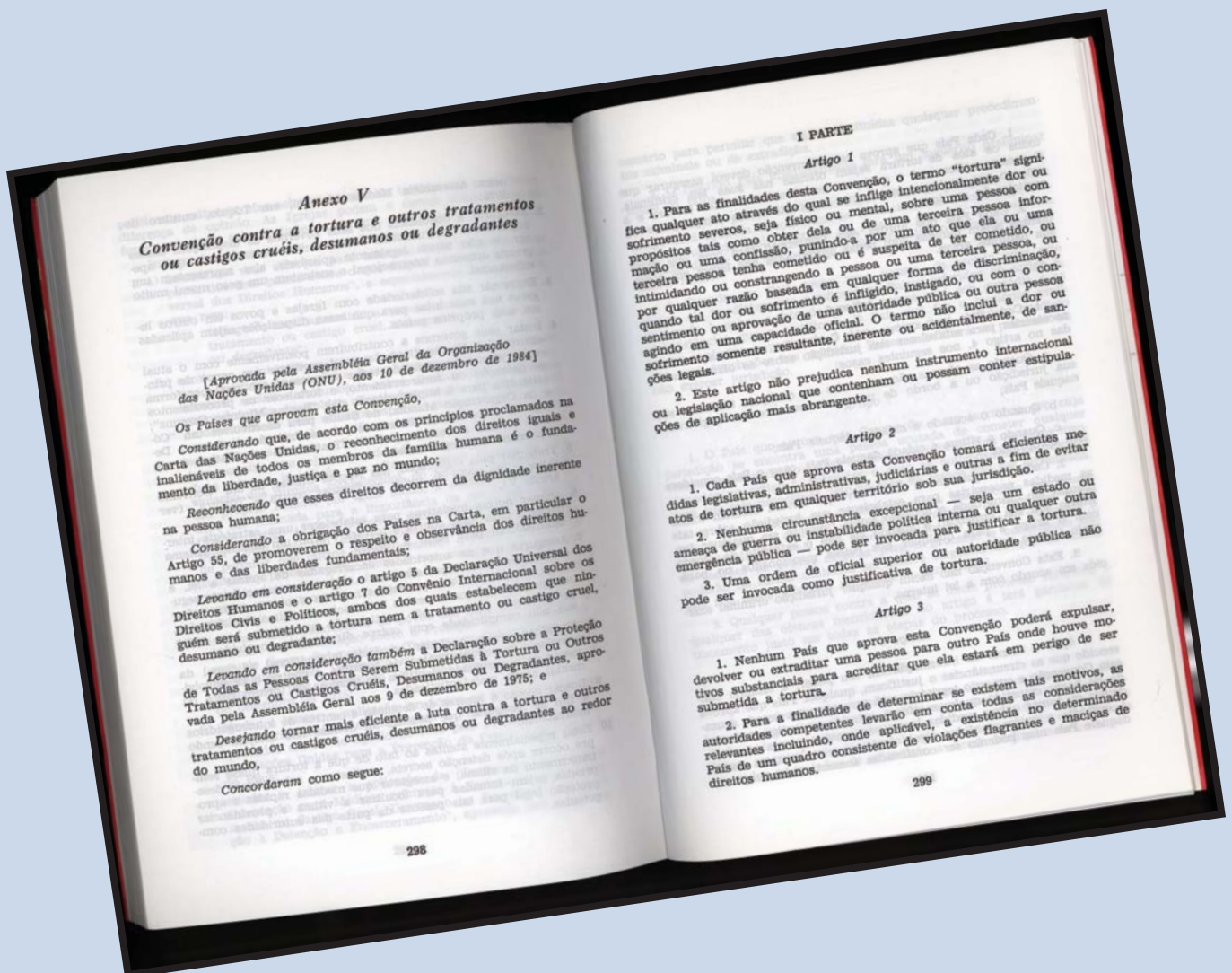
Rio de Janeiro (AGEN) - Dos 28 membros da primeira diretoria da União Nacional em Defesa da Democracia (UNDD), entidade de direita fundada no último dia 16, no Rio de Janeiro, sete, ou seja, 25%, integram as listas de torturadores computadas pelo Projeto Brasil Nunca Mais e pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. A UNDD tem como primeiro presidente Jorge Boaventura de Souza e Silva, professor da Escola Superior de Guerra, e como vice-presidente, o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, acusado de ter tentado usar o Para-Sar (órgão da Aeronáutica especializado em salvamentos), em operações terroristas de direita no Rio.

Segundo o reverendo Jaime Wright, secretário-geral da Igreja Presbiteriana Unida e um dos coordenadores do Projeto Brasil Nunca Mais, patrocinado pela Cúria Metropolitana de São Paulo, os quatro dirigentes da UNDD que fazem parte da lista de torturadores compilada por Brasil Nunca Mais são: Carlos Affonso Dellamora, então brigadeiro-do-ar e chefe do CISA; José de Ribamar Zamith, na época capitão; Carlos Alberto Bravo Câmara, coronel-aviador, e Lúcio Barroso, capitão. De acordo com a lista do Grupo Tortura Nunca Mais, os outros três dirigentes da UNDD que foram torturadores são: Nelson Dias de Souza Mendes, então coronel-aviador, trabalhava na Base Aérea de Natal (RN); o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, comandante da 3ª Zona Aérea do Rio de Janeiro; e Hélio Ibiapina, coronel, então comandante da Companhia de Guardas da 7ª Região Militar de Recife (PE).

Diretoria - São estes os membros da primeira diretoria da UNDD: Jorge Boaventura de Souza e Silva, presidente; João Paulo Moreira Burnier, vice-presidente; Carlos Alberto Bravo Câmara, secretário-geral; e Lúcio Barroso, secretário-adjunto.

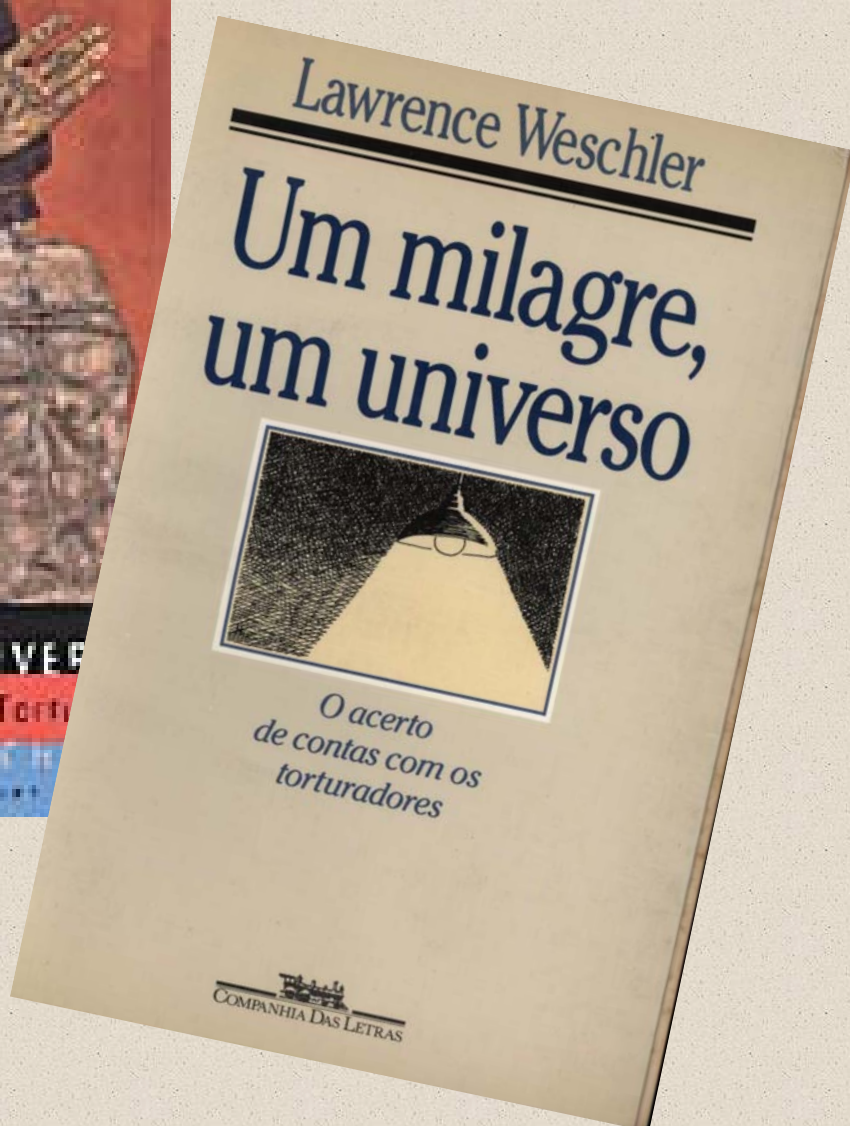
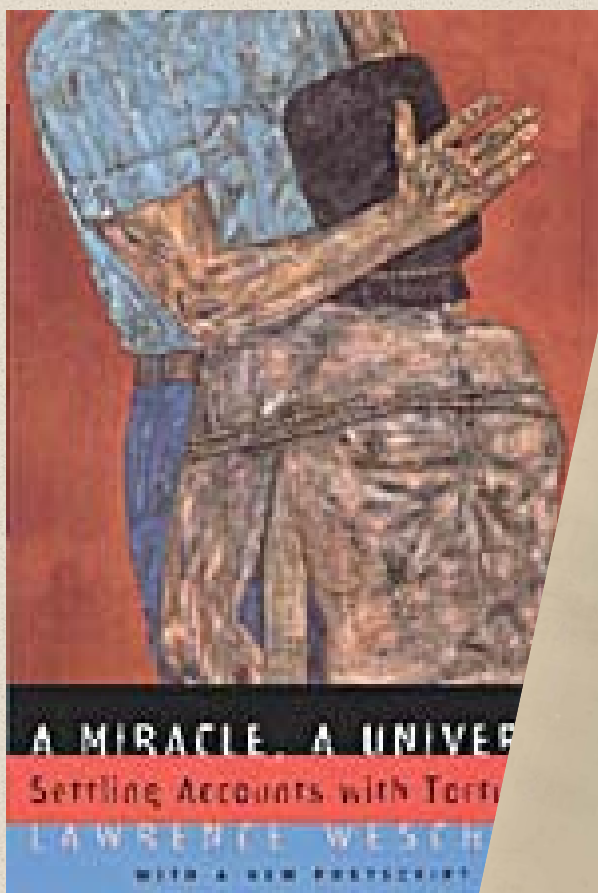
Produtos indiretos:

O prefácio de ***Brasil: nunca mais*** termina com o apelo D. Paulo Evaristo Arns contra a tortura e, em 23 de setembro de 1985, o Presidente da República José Sarney assinou, em nome do Brasil, na sede da ONU, a “**Convenção contra a tortura**”.



Produtos indiretos:

Em 1990, o jornalista americano Lawrence Weschler publicou o livro **Um Milagre, Um Universo**, narrando a trajetória do Projeto *Brasil: nunca mais*.



Produtos indiretos:

A Rede de Televisão americana ABC enviou uma equipe ao Brasil para produzir reportagem sobre o Projeto ***Brasil: nunca mais*** para o Programa “*Nightline*”.



Produtos indiretos:

O livro *Brasil: nunca mais* serviu de gancho para pelo menos 3 peças de teatro: em São Paulo, *Brasil, até quando?*, em Vitória, *Brasil, espero nunca mais* e no Rio de Janeiro, *Brasil nunca mais: de Getúlio aos Generais*.



Grupo Mutirão de Teatro de Jequié encenando a peça *Brasil, espero nunca mais*.

<http://tododiaediadeteatroedanca.blogspot.com.br/p/equipe-do-grupo-mutirao.html>

Produtos indiretos:

Livros e teses acadêmicas foram elaborados a partir do acervo reunido pelo Projeto *Brasil: nunca mais*.



Produtos indiretos:

Associações de classe puniram médicos que colaboraram com a tortura, baseadas em dados do Projeto **Brasil: nunca mais**.

CREMESP.

Termo de declaração de ex-funcionário do DOI-CODI sobre colaboração de médicos legistas para ocultação de mortes sob tortura.

de leviam Instituto ações d possibilic "esquem não havi respondi a não sei NEM L vai devic mim

transportados p questionado so Antonio Carlos que esses se lo coração: acres alvo de exercic DOICODI e se ao DOICODI se recorda o p trânsito no DC Valentin, resp AO DEPOEN" constante deste em outro proce DENUNCIAN os médicos leg laudos para ju conhecimento dentro deste p através dos atc AO DEFENS depoente exer Exército, resp de 1976; reper o depoente dec de que forma respondeu que ações de rua, constituíam im dessas ações, domínio públic tortura e a mc presenciou: r conhecimento oportunidade, relação a res: poderia nomir

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO
01301-910 - Rua da Consolação, 753
fac-símile : (011) 231-1745
Fone : (011) 259-5899
São Paulo - SP

CREMESP
Fls 466 RP

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO
01301-910 - Rua da Consolação, 753
fac-símile : (011) 231-1745
Fone : (011) 259-5899
São Paulo - SP

CREMESP
Fls 465 RP

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO
01301-910 - Rua da Consolação, 753
fac-símile : (011) 231-1745
Fone : (011) 259-5899
São Paulo - SP

CREMESP
Fls 464 RP

DOICODI

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos onze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e nove, na sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, situada na Rua da Consolação, 753, compareceu o Sr. Marival Chaves Dias do Canto; RG nº: 5.781.976; profissão: Industrial; nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Castro Alves - BA; idade: 52 anos; filiação: Serafim Dias do Canto e Hilda Chaves Dias; estado civil: casado; endereço residencial: Rua Fernando de Noronha, nº 473 - Jd. Guadalajara - Vila Velha - ES; fone: (027) 339.9471; endereço profissional: Av. Papa João XXIII, 958 - Ubilândia - Vila Velha - ES; telefone: (027) 226.2175; na qualidade de testemunha da instrução, nos autos do Processo Disciplinar nº 2.509-155/94, o qual perante o Conselheiro Instrutor, declarou que: ASSUME NESTE ATO SOB PALAVRA DE HONRA O COMPROMISSO DE DIZER SOMENTE A VERDADE: questionado, respondeu que à época de 1973 exercia a função de analista operacional, junto ao DOICODI do então 2º Exército; esta função compreendia a análise documental das operações em curso e após análise dos processos, oferecendo subsídios para continuidade ou não das operações; questionado em relação a Sonia Maria Lopes Moraes Angel, o que teria a referir, questão elaborada considerando o Termo de Depoimento de fls. 272; respondeu que, estava a serviço no DOICODI e que em uma sexta-feira no mês de novembro, foram trazidos para o DOICODI o casal Sonia Maria Moraes Angel e Antonio Carlos de Bicalho Lana, que chegaram mortos e que foram desembarcados do porta mala de um veículo e colocados na mostra no rol na entrada da carceragem; questionado, respondeu que reconhece como de sua autoria a assinatura do Depoimento de fls.272; questionado sobre o conteúdo do depoimento constante às fls 272, onde se lê "que pode afirmar com segurança que Sonia Maria Lopes Moraes Angel foi torturada e atingida por tiros disparados no DOICODI, sendo que posteriormente já morta, foi encenado uma farsa para simular o assassinato", respondeu que a sua versão do que teve conhecimento não corresponde ao referido Termo de Depoimento; que na verdade tem conhecimento de que o casal Sonia Maria e Antonio Carlos, teriam sido presos em São Vicente, posteriormente foram encaminhados para um sítio na região da Serra do Mar, onde teriam sofrido torturas por um período aproximado de uma semana e após, teriam sido assassinados, posteriormente houve encenação em via pública na zona sul, e aí sim os corpos foram

Sr. Mari
Dr. Darci
Dr. Antc
Dr. Heili

J. A.

Produtos indiretos:



Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

(...)

III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

(...)

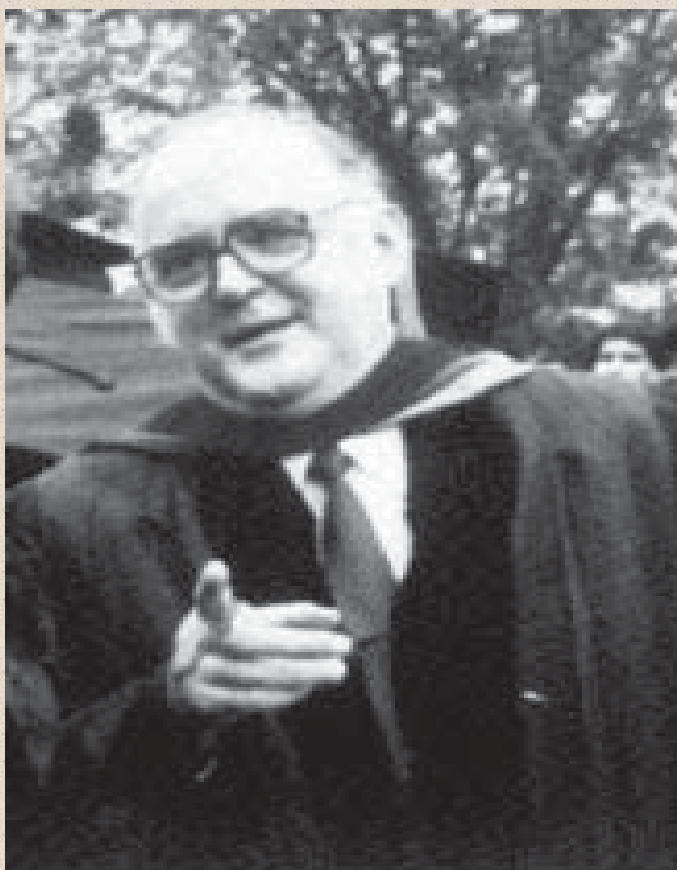
XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

(...)

Missão cumprida:

No decorrer dos anos, foram alcançados aqueles que constituíram "os dois objetivos iniciais do **Projeto BNM**:

- 1) *preservar a memória do que ocorreu durante a ditadura, com base exclusiva na documentação oficial da Justiça Militar;*
- 2) *produzir e multiplicar instrumentos de luta e de trabalho a favor da justiça."*



Reverendo Jaime Wright

Missão cumprida:

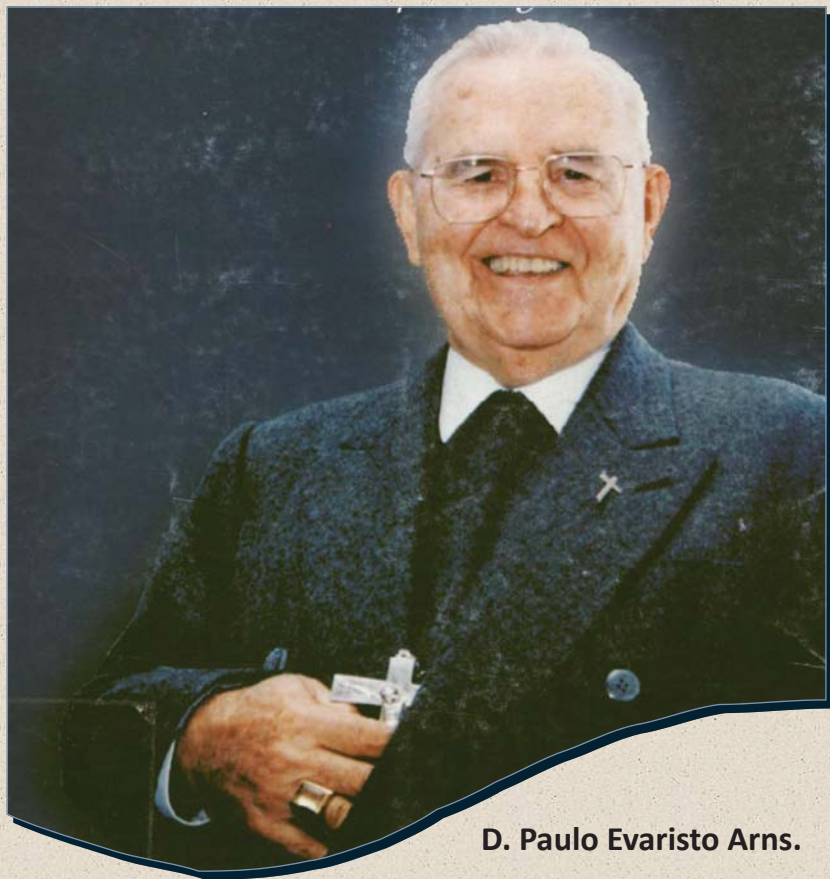
" Em períodos críticos da história, personagens e fatos não se apagam, nem mesmo quando silenciados pela censura.



Os que resgatam sua memória merecem, por vezes, o mesmo reconhecimento que os mártires ou heróis de grandes causas.

Em suas fontes, as novas gerações poderão

buscar ideias e forças para a caminhada redentora do povo.



D. Paulo Evaristo Arns.

Brasil: nunca mais tentou prestar esta contribuição ao nosso país."

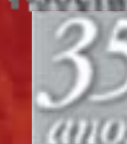
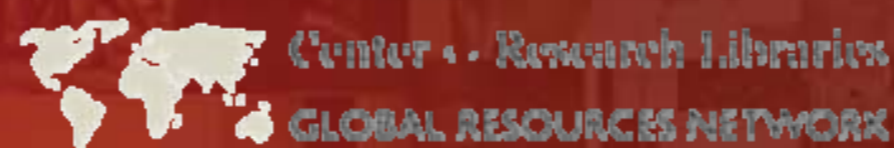
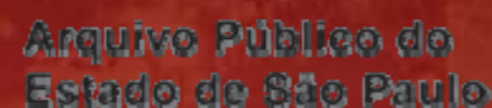
Projeto

Parceiros

Conosco

BRASIL: NUNCA MAIS

digit@l



Projeto

Brasil Nunca Mais Digital

COORDENAÇÃO GERAL

Ministério Público Federal

Armazém Memória

Arquivo Público do Estado de São Paulo

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:

- Arquivo Edgard Leuenroth / UNICAMP
- Arquivo Nacional
- Center for Research Libraries
- Conselho Mundial de Igrejas
- Instituto de Políticas Relacionais—IPR
- Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro – OAB-RJ
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP /
Centro de Documentação e Informação Científica—
CEDIC
- Rubens Naves Santos Jr., Hesketh Escritórios Associados de
Advocacia

Projeto *Brasil Nunca Mais Digital*

*"Precisamos contar essas histórias às novas gerações.
É importante que elas saibam de tudo isso."*

D. Paulo Evaristo Arns

REPATRIAÇÃO E REUNIÃO DO ACERVO:



O acervo documental do Projeto **BNM** permanece depositado em três instituições distintas. Tanto o Projeto A, quanto as cópias dos 707 processos encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP; os 543 rolos de microfimes produzidos, no Latin American Microfilm Project—LAMP, do Center for Research Libraries—CRL; e o Conselho Mundial de Igrejas possui de 2.000 a 4.000 documentos sobre o desenvolvimento e financiamento do Projeto **BNM**.

O Projeto **BNM Digital** visa reunir, preservar e dar publicidade a esse valioso acervo que integra o patrimônio histórico e cultural brasileiro, através da digitalização, fomentando o seu acesso para pesquisas pela sociedade civil.

Projeto *Brasil Nunca Mais* Digital

REPATRIAÇÃO E REUNIÃO DO ACERVO:



A repatriação dos documentos mantidos fora do Brasil – para sua preservação durante o regime militar – foi realizada em Ato solene no mês de junho de 2011.

Projeto *Brasil Nunca Mais Digital*

O TRATAMENTO DOCUMENTAL:

Tendo em vista que o projeto envolve duas fontes distintas de material, as estratégias e metas foram definidas conforme a peculiaridade de cada situação, havendo várias etapas comuns a ambas.

ACERVO DE MICROFILMES—CRL/LAMP



Obtenção de cópia dos microfilmes.

Digitalização dos microfilmes.

Revisão e correção das imagens digitais.

Melhoria da qualidade das imagens.

Complementação do acervo.

Elos virtuais com o Projeto **BNM** "A".

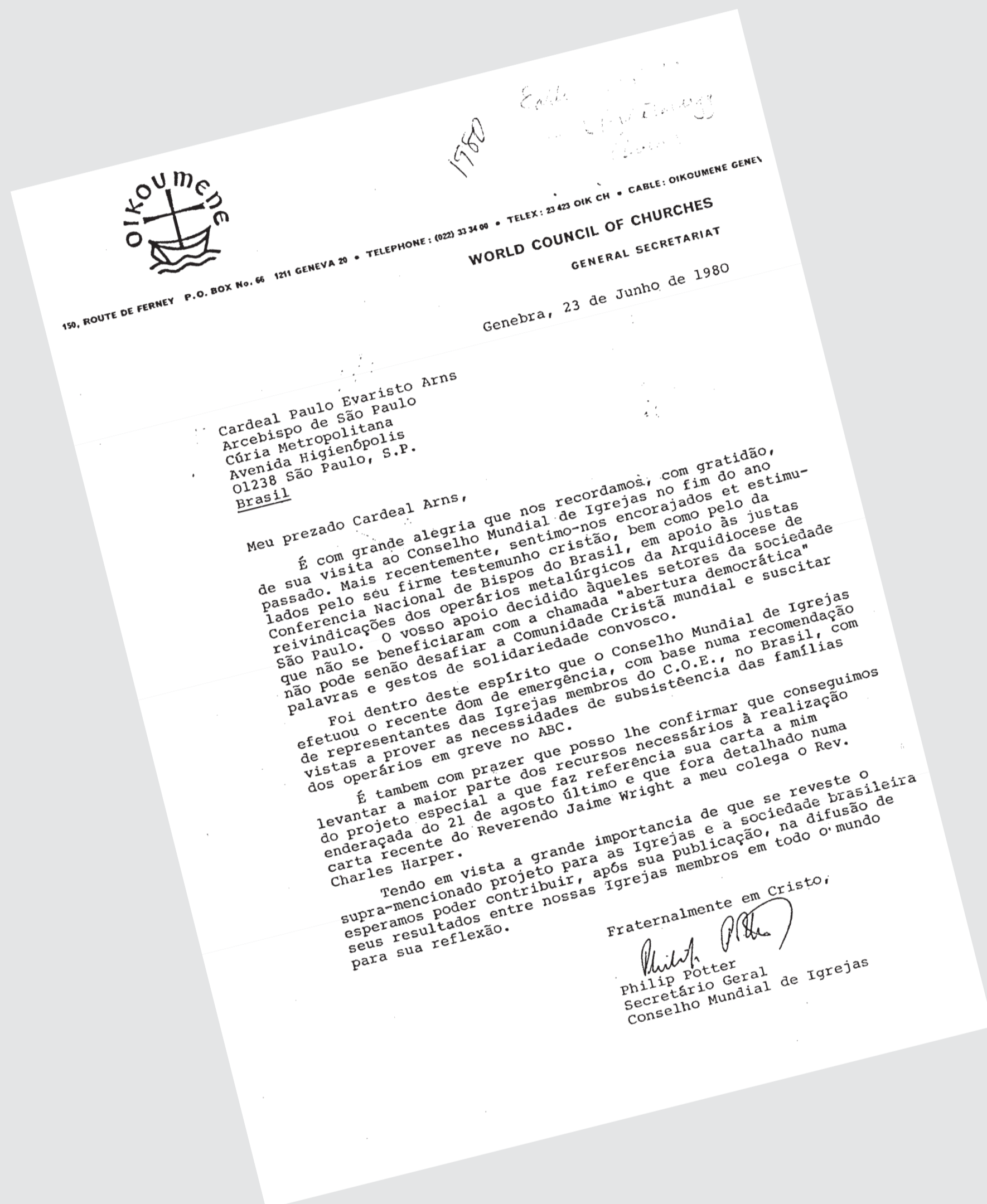
Inclusão do acervo digital em sítio na rede mundial de computadores.



Projeto *Brasil Nunca Mais* Digital

O TRATAMENTO DOCUMENTAL:

ACERVO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS



Obtenção de cópia dos documentos.

Digitalização e indexação dos documentos.

Inclusão do acervo em sítio da rede mundial de computadores.

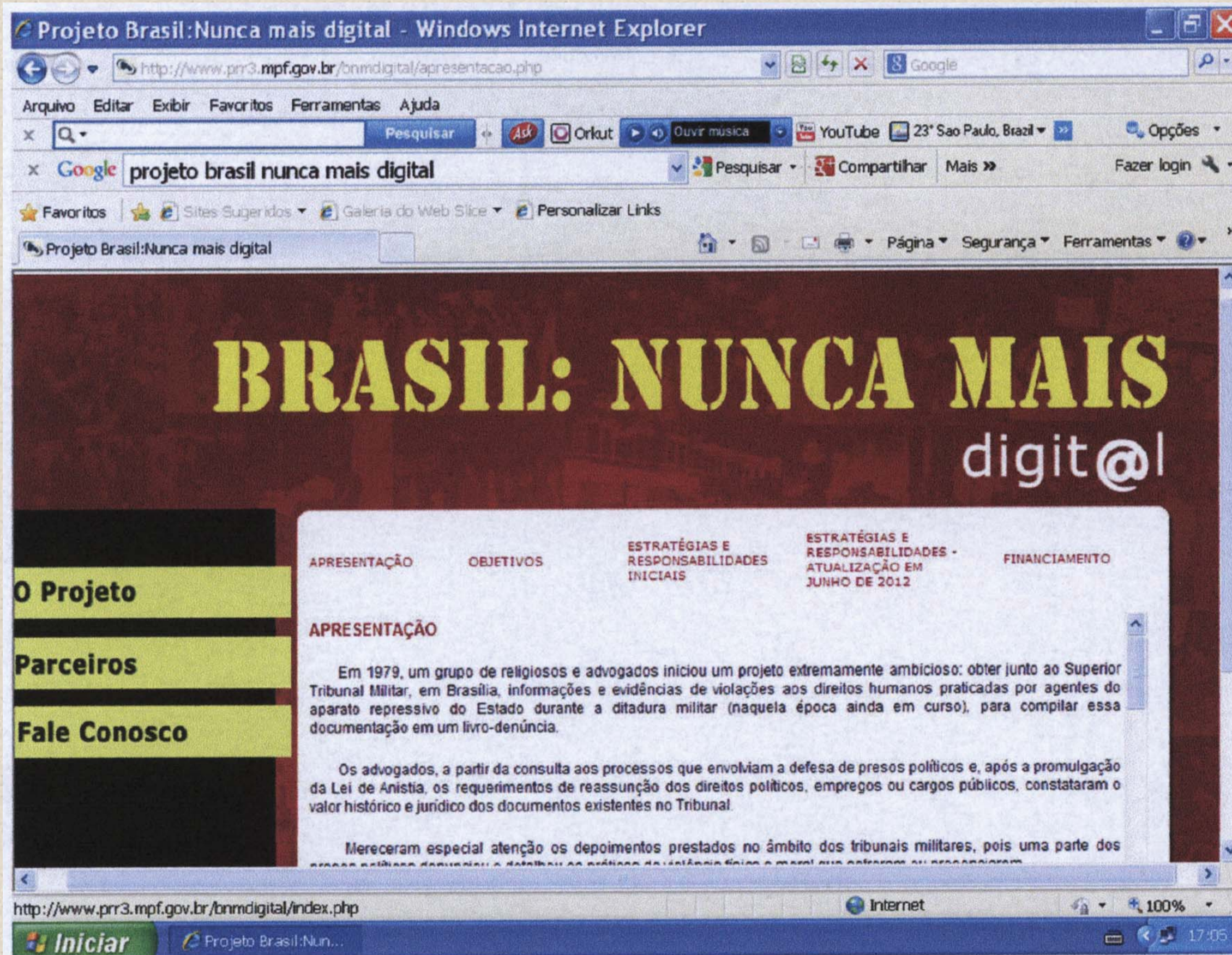
Projeto

Brasil Nunca Mais Digital

PRODUTOS PREVISTOS:

PUBLICAÇÃO DO SÍTIO E DAS FERRAMENTAS DE PESQUISA

Consistirá no produto final do projeto. O sítio será mantido pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região.



Projeto

Brasil Nunca Mais Digital

PRODUTOS PREVISTOS:

GRAVAÇÃO DE MICROFILME E CRIAÇÃO DE CÓPIA DIGITAL DE TODO O ACERVO:

As imagens do conjunto documental serão gravadas em novo microfilme de 35 mm, devidamente certificado, para incorporação ao patrimônio arquivístico das instituições envolvidas no projeto. Todos os parceiros receberão cópia integral do acervo digitalizado.

